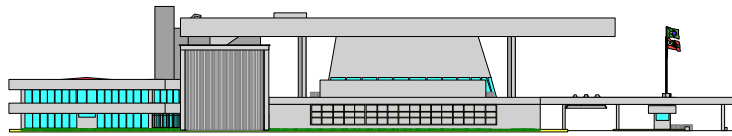


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 26 DE AGOSTO DE 2009

NÚMERO 6.078

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2078
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 069ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 20/08/2009.....2

Atos da Mesa

Ato da Presidência.....12
Ato da Mesa DL.....12
Atos da Mesa.....12

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes.....13
Extrato.....14
Mensagem Governamental.....
.....14
Ofícios.....14
Portarias.....14
Projeto de Decreto Legislativo.....
.....16
Projeto de Lei.....16

PLENÁRIO

ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Demonstra preocupação com a tramitação do projeto que cria o piso salarial regional; pronuncia-se acerca da posição da bancada do PT no Senado com relação aos acontecimentos envolvendo o senador José Sarney.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pede campanha esclarecedora acerca da desvinculação de causa/efeito entre a gripe A e os suínos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a Segurança Pública no estado de Santa Catarina e fala da constatação de que a sociedade está gritando por mais segurança.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reitera que os números do IBGE desmentem o sucesso da descentralização e confirmam o crescimento da litoralização.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute a difícil situação da economia do planalto norte.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Coloca sua posição favorável à reforma tributária.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Condena a atitude do PT de absolver José Sarney na Comissão de Ética do Senado; refere-se ao projeto de lei de sua autoria que restringe o fumo em ambientes fechados.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Condena a absolvição do senador Arthur Virgílio, do PSDB.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Repudia as ações do Senado da República.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Desconfia das razões pelas quais o PT vem apoiando o PMDB no Senado.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Faz reflexão a respeito do projeto que trata do salário mínimo regional.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Opina que o governo do estado deve diminuir a carga tributária sobre os setores da economia que estão em dificuldade.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Externa sua posição favorável à aprovação do projeto original do piso mínimo regional.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Mostra-se favorável ao projeto encaminhado pelo governo sobre o piso mínimo regional.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Fala da necessidade da construção do novo aeroporto do vale do Itajaí e da duplicação da BR-470.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Critica a postura do PSDB no que se refere à crise no Senado Federal; anuncia vitórias na BR-101, trecho sul, e a assinatura da ordem de serviço para início da ferrovia litorânea.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (aparte) - Acusa o PSDB de praticar uma oposição destrutiva.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Homenageia a família do servidor da Alesc Osni Soares, recentemente falecido; dá notícias sobre assuntos internos do PPS.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica a ação de prepostos do governo que estariam utilizando a máquina pública em favor de candidaturas ao pleito de 2009.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (aparte) - Confirma depoimento do deputado Joares Ponticelli sobre uso da máquina pública com vistas às próximas eleições.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Comunica que não usará a palavra novamente por impedimento regimental.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Tece comentários sobre a CPI da Violência Urbana da Câmara Federal, que está sob o comando do PPS.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Crítica o PSDB e o PMDB, que não teriam condições de condenar o PT e a senadora Ideli Salvatti.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Relata a vitória feita à SC-437; comenta as providências das comissões em relação à instalação de uma fosfateira em Anitápolis.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Registra a comemoração dos 30 anos da anistia geral, ampla e irrestrita no país.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Registra a passagem do Dia Internacional do Maçom; reporta-se à estagnação das obras no porto de Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Aleesc Digital, visitantes, ontem pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação, debateu-se a questão do piso estadual, ocasião em que ficamos com algumas preocupações.

Eu queria chamar a atenção de todos os parlamentares, depois de todo o movimento que foi feito, depois de chegar a esta Casa o abaixo-assinado, enfim, depois de todas as negociações feitas com o governador Luiz Henrique e com a secretária Dalva De Luca Dias, para o período de negociação da reposição do piso salarial estadual.

Nós entendemos que deveríamos fazer uma emenda ao projeto, mas achávamos, e inclusive fizemos um pronunciamento na comissão, que construiríamos um acordo a respeito dessas questões ainda polêmicas e sobre as quais teria que haver mudanças, mas que elas seriam feitas depois, no projeto, não agora. Nós, inclusive, esperávamos que o próprio relator, deputado Romildo Titon, já contemplasse essas mudanças no seu relatório, para que o projeto pudesse tramitar rapidamente nesta Casa.

Ontem o que aconteceu foi que os deputados começaram a falar em fazer um conjunto de emendas ao projeto; isso traria, pararia sua tramitação, ou ele voltaria para a comissão de Constituição e Justiça. E como o projeto está em regime de urgência urgentíssima, nós temos prazo até os dias 10, 11 e 12 de setembro para votar. Então, não fizemos a emenda que reputamos como uma emenda importante, uma medida importante que acabou não vindo no projeto do Executivo, para justamente não prejudicar a tramitação do projeto. Inclusive, queremos levantar publicamente a preocupação da própria bancada do DEM, que já se posicionou favorável ao projeto, que, conforme disse o deputado Darci de Matos ontem, poderá receber emendas na comissão de Finanças e Tributação.

Nós entendemos que isso é preocupante e achamos oportuno que haja um encaminhamento com os deputados, porque se começarmos a fazer emendas virá um conjunto delas, o que poderá desfigurar totalmente o projeto, prejudicando a sua tramitação nesta Casa. Não somos contra os deputados que querem fazer emendas, mas precisamos de um novo acordo para a tramitação desse projeto ou, no máximo, fazermos uma reunião conjunta com as comissões. A preocupação é que sejam feitas grandes emendas, grandes mudanças, e isso poderá comprometer o projeto.

Então, só quero chamar a atenção dos srs. deputados para esta questão, ou seja, para o fato de que o projeto tem um prazo determinado, pois está em regime de urgência, e esse prazo precisa ser cumprido. E que não sejam feitas emendas que prejudiquem a sua tramitação ou o seu cerne.

A luta dos trabalhadores, a luta da sociedade catarinense é grande para que esse projeto seja aprovado por esta Casa o mais rapidamente possível e depois entre em vigor em Santa Catarina, pois é um projeto importantíssimo para os trabalhadores e para a economia catarinense no futuro, para gerar novos empregos, para distribuir e melhorar a renda dos trabalhadores, para desenvolver o nosso estado, que é o que todos, com certeza, esperam.

Outra questão que eu queria tratar aqui, hoje, diz respeito ao que vem acontecendo no Senado Federal e à posição da nossa bancada, à posição dos senadores de Santa Catarina, principalmente à responsabilidade da nossa senadora Ideli Salvatti, que se tem posicionado muito firmemente na perspectiva de optar pela continuidade de um projeto que o governo federal está construindo e de ter claro também o que está em disputa.

A bancada do PT no Senado, aí incluída a própria senadora Ideli Salvatti, não votou no senador José Sarney porque tinha um candidato, o senador Tião Viana, que faria as grandes mudanças que são necessárias.

O que ocorre neste momento no Senado, na verdade, é uma antecipação da disputa eleitoral de 2010. Temos a questão do senador Arthur Virgílio, líder do PSDB no Senado, que quer ser presidente, que teve arquivadas, ontem, várias denúncias decorrentes de representações que foram feitas contra ele, entre elas o uso indevido da máquina do Senado. São tantas as denúncias que envolvem o Senado que o nosso partido, inclusive, vem questionando a existência daquela Casa. Contudo, achamos necessária a existência do Senado.

Outra questão que é importante ressaltar é que o DEM, que agora vem com toda a sua pose, há praticamente 20 anos dirige a Secretaria-Geral do Senado, que é quem cuida de toda a área administrativa. Isso precisa ficar claro para a sociedade brasileira, para que ninguém se aproveite deste momento político para fazer tudo isso que aí está.

De forma alguma concordamos com as coisas que o senador José Sarney está fazendo. Somos totalmente contrários a tudo o que ele vem fazendo, mas precisamos fazer mudanças profundas no Senado Federal. Essa é a grande questão que está em debate. É preciso fazer uma mudança profunda e com certeza a população terá oportunidade, no ano que vem, através das eleições, de promover essas mudanças.

O povo brasileiro precisa cuidar mais quando elege os senadores. E eu quero aproveitar para alertar todos os catarinenses que elejam pessoas responsáveis, sérias, que contribuam com o desenvolvimento do país. Os senadores Neuto De Conto e Raimundo Colombo precisam assumir publicamente a sua responsabilidade na eleição do senador José Sarney. A senadora Ideli Salvatti não votou nele, não o elegeu. Isso é importante que fique claro para toda a sociedade catarinense.

Então, quando a senadora toma a posição de dar continuidade ao projeto que o presidente Lula vem construindo no Brasil com mudanças profundas na área da educação, com a criação de novas universidades, com a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina, com a redução da pobreza, com a melhor distribuição da renda nacional, com o reajuste de quase 70% do ganho real do salário mínimo, com os investimentos na agricultura familiar, na infraestrutura, para desenvolver o nosso país, para que ele possa crescer...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, saudamos os catarinenses que nos acompanham pela Rádio Aleesc Digital e pela TVAL.

Eu imagino, certamente, que o tempo nos faz iguais. Todos aqueles que se apresentam como melhores, normalmente o tempo dá conta de revelar que não eram tão bons assim. Isso até revela o velho pensamento de que quem se exalta, mais adiante será humilhado. E se analisarmos qualquer setor dentro da sociedade, concluiremos que esse pensamento bíblico repete-se a cada instante. E hoje o que nós acompanhamos na política é exatamente isso.

O Brasil passou por um conjunto de mudanças que aconteceram graças a essas discussões. E essas mudanças que o Brasil fez, que o ex-presidente Fernando Henrique começou, decorreram de oito anos de persistência. Graças a isso ocorreu um conjunto de mudanças na legislação que provocou uma grande transformação no país.

Na sequência veio a eleição e muitos se apresentaram, durante o pleito eleitoral, como sendo muito diferentes. Talvez se fizéssemos uma classificação entre os mais santos, certamente viria o Deus Pai Todo Poderoso, viriam os anjos e depois os candidatos do PT, que se colocavam assim, e muito abaixo viriam os santos e outros. E o tempo revelou que quem se exaltava, quem se colocava como algo muito diferente, não era tudo isso, na realidade!

Srs. deputados, não quero aqui fazer críticas específicas a ninguém, até porque eu ou qualquer outro não poderia colocar nessa situação alguém que esteja aqui. Nem agora nem no tempo das eleições. Mas foi colocado esse pensamento para toda a sociedade, ou seja, que os candidatos do PT eram muito diferentes, muito melhores e que certamente seriam a grande salvação. Mas agora deu tempo para revelar que na verdade eles são mortais como qualquer outro cidadão, com defeitos muitas vezes mais graves do que outros tantos.

Mas o Brasil está mudando, sim. Está mudando porque a sociedade teve a oportunidade de perceber que nem todos aqueles que se colocaram como os grandes salvadores da pátria devem ser seguidos.

Por isso, srs. deputados, eu quero reafirmar aqui o meu apoio, digamos assim, a inúmeros pensamentos, a inúmeras atitudes que o PSDB teve e que transformaram este país.

Certamente o ex-presidente Fernando Henrique, que coordenou e que começou essas grandes mudanças, não fez mais porque foi, de certa maneira, barrado por forças políticas que achavam que ele estava fazendo errado. O governo que veio em seguida não mudou nada, não apagou nada! Poderia ter mudado todas as leis que o governo de Fernando Henrique fez. No entanto, não mudou nada exatamente porque considerou que aquele era o caminho correto.

Mas eu gostaria de comentar, srs. deputados, uma questão que eu estava acompanhando nos jornais de hoje a respeito do prefeito de Chapecó, que tenta fazer um movimento ao qual, no meu entender, precisamos aliar-nos. Estou falando a respeito da carne suína, dos produtos suínos, que são muito importantes para a economia de Santa Catarina, porque nós os vendemos no Brasil e no mundo.

A verdade é que a divulgação do errôneo conceito de que essa gripe tinha alguma coisa a ver com o consumo de produtos derivados de suínos, sem dúvida alguma prejudicou, e muito, a suinocultura. E dentro da produção

agroindustrial, podemos dizer que o frango, o suíno e os derivados do leite são três grandes atividades das quais Santa Catarina depende muito.

Por isso queremos manifestar, em nome do PSDB, o nosso apoio ao governo, no sentido de que faça uma campanha publicitária esclarecendo a sociedade de que não tem nada a ver a carne suína com a gripe A e que hoje a produção de suínos é feita com tamanha higiene, com tamanho cuidado, que não é causa de qualquer outra doença.

Lamentavelmente, a cisticercose é uma doença relacionada ao consumo da carne suína, pois antes o suíno era produzido em condições de higiene precárias e os animais consumiam fezes humanas depositadas ao redor das residências por falta do saneamento. Mas hoje isso não ocorre mais porque há muita higiene.

Então, seria muito importante que o governo elaborasse uma campanha em nível nacional, com a ajuda da secretaria específica, para que os brasileiros ficassem mais bem informados de que a gripe A não tem nada a ver com o consumo da carne de porco.

Por último, sr. presidente, quero enfatizar a necessidade de regulamentar a PEC n. 0029, que trata dos recursos destinados à Saúde. Hoje, o governo federal destina, aproximadamente, 10% do seu Orçamento para a Saúde. O governo do estado, por obrigação constitucional, gasta 12% e os governos municipais consomem 15%. Em Santa Catarina poderíamos arredondar e dizer que o governo federal gasta, aproximadamente, R\$ 1 bilhão, o governo do estado gasta R\$ 1 bilhão e os municípios gastam R\$ 1 bilhão. Somando, são R\$ 3 bilhões consumidos na Saúde, só que esses bilhões acontecem em ações isoladas. O governo federal normalmente é responsável pelo pagamento das internações hospitalares; o governo do estado cuida, primeiramente, dos hospitais do estado e do conjunto de todas as ações feitas na saúde do estado, e o município, por sua vez, cuida das ações municipais. Mas são três instâncias de poder separadas e não existe um gasto ordenado entre eles.

Por isso é muito importante essa regulamentação, para que esses R\$ 3 bilhões gastos pelos três níveis de governo sejam aplicados de uma forma ordenada, a fim de que possamos, assim esperamos, ter resultados melhores na Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, tenho o costume de, na quinta-feira de manhã, trazer assuntos de interesse geral da sociedade. Contudo, como na terça e quarta-feiras desta semana já trouxe assuntos dessa natureza, como a situação em Honduras, onde estivemos na semana passada, que é uma preocupação de todos os cidadãos da América Latina, inclusive dos brasileiros; como a exploração do petróleo na camada pré-sal e como isso se reflete na necessidade de a soberania nacional se sobrepor aos interesses dos monopólios privados; como a luta do médico Cláudio Márcio Yudi Ikino de trazer para o Hospital Universitário da UFSC um centro de implante coclear para recuperar pacientes auditivos, vou ficar agora nas questões mais caseiras, deputado Gelson Merísio, falando sobre a Segurança Pública no estado de Santa Catarina e sobre a constatação de que a sociedade está gritando por segurança pública.

A cada dia páginas e páginas de jornal trazem notícias calamitosas. Ainda ontem os

jornais trouxeram um episódio lamentável ocorrido no norte da ilha, no norte da capital, que foi o latrocínio da proprietária de um *cyber cafe*, que é uma lanchonete com computadores onde as pessoas podem fazer uso da internet. A referida senhora foi morta por disparo de arma de fogo durante um assalto. Isso aconteceu justamente com ela, que veio com o marido de outro estado do Brasil para a capital catarinense porque imaginava que aqui haveria mais segurança e mais tranquilidade para viver.

Fugas e mais fugas de presos estão acontecendo nos presídios, sendo recordista o Cadeião do Estreito, que está para ser transferido há dois anos, mas que continua na mesma situação.

A sociedade pede mais policiamento. O norte da ilha, somando várias comunidades, possui 180 mil habitantes e há menos de 134 policiais para cuidar da segurança pública daquela vasta região. Isso dá mais de mil habitantes para cada policial ou menos de um policial para cada mil habitantes. E os números razoáveis da ONU para uma sociedade normal seria um policial para cada 250 habitantes.

E continuam criando batalhões em regiões de grandes comandos regionais. A cada batalhão que se cria são mais policiais que saem das ruas para cuidar de uma maior estrutura burocrática e administrativa.

O norte da ilha também ganhou um batalhão há dois meses, e foi comemorado, o 21º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina, com um efetivo menor do que o de uma companhia. Tanto na Polícia Militar quanto no Corpo de Bombeiros existem batalhões com um efetivo muito parecido com o de pelotões. Quem é militar ou já serviu às Forças Armadas sabe do que estou falando. Isso é improbidade administrativa, é burlar a hierarquia e a disciplina da qual tanto falam, porque a estrutura militar existe há séculos, e um batalhão tem que ser composto de três companhias, de três pelotões. E cada pelotão deve ser composto de três grupos.

Agora, há coronel comandando efetivo de pelotão, que deveria ser comandando por um tenente. Então, está-se criando batalhão em região de grande comando, que na verdade é vaga para que mais gente na cúpula possa ser promovida.

Além disso, temos outras situações no interior das nossas instituições. E a prioridade na Polícia Militar continua sendo a inquisição. Ou seja, o comandante-geral e o corregedor-geral, seguindo determinação do governador Luiz Henrique - e isso não pode ser esquecido, eis que disse que era para punir exemplarmente aqueles que se manifestaram em dezembro -, estão há oito meses acatando essa determinação do governador, acatando de forma total e absoluta. Não queremos colocar todos na mesma situação, pois sabemos que existem muitos pensamentos diferentes na cúpula da nossa instituição. Mas eles estão há oito meses com a estrutura interna da instituição voltada para punir praças que se mobilizaram em dezembro pelo pagamento integral da Lei n. 254.

Isso aconteceu sem exceção. Atingiram praças honestos, a maioria cristãos fervorosos, católicos e evangélicos, pessoas sem a menor noção de algum comprometimento moral ou profissional ao longo de 20 anos ou até mais anos de serviço.

Temos hoje, enquanto a sociedade pede mais policiais nas ruas, cerca de 40 praças sentados no banco dos réus, proibidos de trabalhar. Já excluíram três. O soldado Quint, do 14º Batalhão, excelente policial que trabalhou a maioria do seu tempo em Palhoça; o soldado Fontana, de São Miguel d'Oeste, que de tão bom, de tão profissional, esteve, inclusive, na Força Nacional representando o estado e a Polícia Militar de Santa Catarina, mas foi excluído porque

reivindicou o cumprimento da Lei n. 254; o soldado Castanha, de Balneário Camboriú, que está preso no batalhão daquela cidade.

O caso do soldado Castanha nem foi pela manifestação, foi por reivindicar, ou seja, em 2005 ele sugeriu uma atitude de serviço diferente daquela que o tenente, no caso, havia determinado. Houve uma discussão e ele foi condenado a três anos de prisão por supostamente ter agredido o oficial do dia. Inclusive, esse processo tem que ser revisto, porque está invertida a verdade dentro desse processo.

Temos também o caso do sargento Souza, do 7º Batalhão, eis que conseguiram excluí-lo duas vezes. Faz três meses que a Justiça determinou que o sargento Souza fosse reintegrado à Polícia Militar. Eles demoraram um mês, acataram a decisão e no dia seguinte excluíram-no novamente. Mas um mês depois de a Justiça mandar reintegrá-lo, o comando da Polícia Militar não disse nada. São três meses que um excelente policial militar está deixando de trabalhar para a sociedade catarinense para cumprir um capricho e uma vontade vingativa de alguns poucos. E a sociedade é quem paga por tudo isso.

Enfim saiu o contracheque do mês de agosto da Segurança Pública e, por certo, de todos os servidores estaduais. Como haviam anunciado aos quatro ventos, chegaria o aumento de 22% para os soldados. E vou ler aqui algumas mensagens que saíram hoje, pela manhã, na página da Aprasc, na internet.

(Passa a ler.)

"Cento e vinte reais, valorização? Muito obrigado! Muito obrigado a todos que de uma forma ou de outra intercederam para chegar a esse grandioso valor. Nós, soldados, sentimos-nos extremamente valorizados. TKS, valeu mesmo!"

Uma outra mensagem aqui:

"Fiquei então com um ganho real de R\$ 119,50. Beleza, senhores! Não sabem o quanto me sinto valorizado neste triste momento."

Esses são comentários de soldados da Polícia Militar com relação a todo aquele aumento que, dizem, estaria sendo aprovado aqui na metade do mês de julho - R\$ 119,00 ou R\$ 120,00 para a maioria dos servidores.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o deputado Sílvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, volto à tribuna, no dia de hoje, para esclarecer a minha fala na sessão de terça-feira sobre a litoralização em Santa Catarina.

Quando me pronunciei aqui, fiz um comparativo entre o litoral e os demais municípios, até porque fiz isso baseado e fundamentado na pesquisa do IBGE. Em momento algum disse que as secretarias de Desenvolvimento Regional, fora do litoral, tiveram um decréscimo da população. O que fiz, até porque é uma constatação verdadeira, foi um comparativo do litoral com os demais municípios. Eu afirmei, e vou aqui reprimir, que acreditava que os números do IBGE eram verdadeiros. Para mim, o IBGE é um órgão de credibilidade, de confiabilidade e não iria divulgar essa matéria se não fosse verdade.

Então, por exemplo, a região de Canoinhas teve um crescimento de 5,5% e a região de Mafra, de 5,6%, em uma década. Em contrapartida, na matéria "População de Santa Catarina mais litorânea", podemos constatar o crescimento de alguns municípios. Por exemplo: Itapoá, 71,48% - e vou citar só alguns: Itapema, 77,22%; Bombinhas, 102,77%. É esse o

comparativo que estou fazendo, para que fique bem claro que o discurso lá em 2002 era diferente.

Quanto à litoralidade, ao contrário do que o candidato da época proclamava, os recentes dados do IBGE demonstram que o movimento no sentido do litoral aumentou. É essa a constatação. E devem existir razões objetivas decorrentes de uma ação ou inação governamental para isso, porque, por exemplo, União do Oeste perdeu mais de 20% da sua população. Além das razões mundialmente presentes, existe o inexplicável abandono de programas bem sucedidos como o do reflorestamento com antecipação de renda, o crédito fundiário e outros, que contribuem para elevar a renda de nossas famílias de agricultores, pois sem renda existe apenas uma estrada há séculos conhecida, a do êxodo rural, que em Santa Catarina é em direção ao litoral, principalmente.

Educação de qualidade, renda sustentável, privilegiando a produção orgânica, acesso a serviços de saúde de alta complexidade e investimentos em infraestrutura são fatores fundamentais para a preservação e modernização do modelo demográfico e fundiário do nosso estado. Soluções exóticas e politiquêiras como a da extinção das regiões metropolitanas, que excluem o nosso estado da rede de observatórios metropolitanos, resultam na realidade dos números do IBGE.

Srs. deputados, volto a afirmar que fiz um comparativo baseado em dados, na realidade, eis que na prática vimos que esse modelo não deu certo, até porque faltam investimentos em infraestrutura. Reconhecemos, deputado Antônio Aguiar, todas as obras importantes, de todos os governos, independentemente partido. Isso é inerente aos governos, obrigação e dever de fazer obras públicas, e devemos reconhecer que todos os governos têm feito obras, mas disseram aqui, na terça-feira, que o governo de Esperidião Amin não havia feito nada para o planalto norte.

Não vou ater-me a grandes obras hoje, porque futuramente pretendo apresentar um relatório até para esclarecer a população catarinense que o meu objetivo aqui não é contestar obras de governo. Mas também não podemos permitir que se façam acusações sem fundamento. E cito como exemplo a grande obra, deputado Elizeu Mattos, da SC-301, que vai de Joinville a São Bento do Sul. Até quero enaltecer que parte dessa obra foi viabilizada com recursos do BID e que a outra parte o governo Esperidião Amin fez com recursos próprios, como a serra Dona Francisca, que é uma das melhores obras em Santa Catarina em termos de pavimentação, sinalização e segurança. Essa obra, srs. deputados, iniciou num governo e foi concluída no atual governo. Parabéns! Dar sequência às obras públicas é importante, e nós reconhecemos isso.

Agora, também temos que reconhecer quando se aplica um modelo e não dá certo. E não é nenhum pecado reconhecer o erro, é uma qualidade, uma virtude. É necessário refazer o modelo de gestão, reduzir o desperdício do dinheiro público e aplicar mais em infraestrutura, em saúde, em segurança e no sistema viário, que necessita urgentemente de, pelo menos, uma sinalização vertical e horizontal, o que não tem acontecido. É urgente, srs. deputados!

Quero mais uma vez enaltecer as grandes obras que o nosso governo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje o primeiro espaço é destinado ao PP.

Deputado Silvio Dreveck, se v.exa. quiser continuar com seu brilhante pronunciamento, tem a palavra por mais dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK -

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Então, continua com apalavra por mais dez minutos o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Nós falávamos do modelo de gestão. E quero utilizar o horário do partido, srs. deputados, para falar um pouco também sobre a situação do planalto norte, até pela nossa situação econômica, deputado Antônio Aguiar. E aí quero aliar-me a v.exa., para que em conjunto possamos fazer algo mais. Reconheço que existem esforços, mas precisamos recuperar a economia do planalto norte e isso vale de Campo Alegre a Porto União.

A nossa situação econômica vem passando por uma crise sem precedentes nos últimos anos. Trata-se de uma economia agrícola em alguns municípios, em outros, madeireira, já em outros, mais com enfoque para produtos acabados, principalmente móveis. E os setores madeireiro, moveleiro e agrícola têm, evidentemente, passado por dificuldades extremas. Não é por menos que diminuiu em nossos municípios o avanço virtual que vinha ocorrendo, deputado Antônio Aguiar. Com relação à indústria de móveis, no caso de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, não é segredo que várias fábricas fecharam.

Eu não estou dizendo aqui que a culpa é exclusivamente do governo, pois essa situação vem ocorrendo devido a vários fatores: pela situação econômica internacional e pela falta de competitividade. E é nessa competitividade que nós poderemos colaborar com o setor econômico da região, uma vez que enfrenta uma alta carga tributária e que isso tem inibido a condição de competir no mundo dos negócios no mercado interno, mas principalmente no mercado externo.

Vamos ver o caso do setor agrícola. O agricultor que plantou milho, por exemplo, que pagou a saca do fertilizante na faixa de R\$ 70,00 a R\$ 80,00 e que está vendendo o milho a R\$ 16,00 ou R\$ 17,00 a saca, não tira o custo da produção.

Os setores madeireiro e moveleiro não têm condições de competir no mercado externo por conta do desequilíbrio cambial. Além disso, no mercado interno enfrentam uma carga tributária diferenciada entre os estados, ou seja, o estado do Rio Grande do Sul pratica uma política de ICMS bem menor do que o de Santa Catarina. No Paraná não é diferente. E temos a situação dos municípios confrontantes com o estado do Paraná, como Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Canoinhas, Porto União, Irineópolis, Bela Vista do Toldo e Três Barras, além de outros municípios, que enfrentam essa concorrência desleal fruto da diferença tributária.

Além dos impostos que recaem diretamente sobre os produtos, o Brasil tem uma alta carga de encargos sociais que pesam na folha de pagamento. Então, é o momento de refletir, pois se os governos não tomarem uma iniciativa, a tendência será aumentar a litoralização. Aumentar os encargos sociais e aumentar a folha de pagamento garante o emprego ou poderá aumentar o desemprego? É o momento, srs. deputados e sr. governador, de refletir se é propício aumentar a folha de pagamento da iniciativa privada. Isso vai melhorar a situação econômica de Santa Catarina ou vai piorá-la? Vai atrair mais empresas para o estado ou vai estagnar e até haver um recuo?

Essas são decisões importantes, deputado José Natal, e temos que refletir sobre elas para não pagarmos um alto preço, porque a própria sociedade sofrerá com o possível aumento da taxa de desemprego.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Silvio Dreveck, não quero tornar-me enfadonho porque esse assunto já foi levantado nesta Casa. V.Exa. traz à tona novamente a realidade vivida pelos estados brasileiros nessa competitividade de taxas, de impostos e de tantas outras coisas. Os municípios estão cada vez mais prejudicados por tal situação, é uma coisa desenfreada o que vem acontecendo para os estados poderem realmente sobreviver.

V.Exa., que representa os empresários catarinenses, sabe das suas dificuldades. E nós vimos aqui com a melhor intenção, somos conhecedores do assunto, trazemos dados, como v.exa. tem trazido a esta Casa, da penúria que passam a classe empresarial e algumas áreas do nosso estado. E lamentavelmente, onde a voz deveria ecoar mais forte, que é lá em Brasília, o local de onde deveria partir uma reforma tributária, a coisa não avança, novas situações desagradáveis vêm à tona e a carga tributária continua cada vez maior, como temos visto. A reforma tributária não sai, os estados e municípios continuam pensando e ainda temos o problema financeiro causado pela gripe A. Mas a Câmara Federal não se pronuncia.

De qualquer forma, quero somar-me ao eco da sua voz, para que uma reforma tributária seja feita!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado José Natal, mas enquanto não houver a reforma política e a reforma eleitoral, nós, infelizmente, não vamos ter a reforma tributária, não vamos ter a reforma previdenciária, não vamos ter a reforma trabalhista, e a população brasileira e as empresas continuarão pensando para sobreviver e gerar emprego.

Vemos, sim, um Senado Federal numa situação caótica, enquanto precisamos de boas ações no Congresso Nacional e de bom exemplo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Quero, inicialmente, cumprimentar a sra. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas, o público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio AleSC Digital, as senhoras e os senhores presentes no Plenário Osni Régis, assim como no saguão desta Casa.

Deputado José Natal, seria normal eu vir a esta tribuna para falar sobre o caso que aconteceu, ontem, no Senado da República, porque toda Santa Catarina e todo Brasil já perceberam que o acordo feito pelo poder e para o poder desbancou a ética, jogou fora os conceitos e o Partido dos Trabalhadores, em especial a senadora Ideli Salvatti, perdeu definitivamente a autoridade moral para conduzir qualquer processo político.

Ontem, o que aconteceu no Senado da República envergonhou o país, Santa Catarina e a classe política. A ética foi jogada de lado e menosprezada, com o Conselho de Ética sepultando denúncias fortes que maculam a classe política. E lá estava, com a bandeira, a senadora Ideli Salvatti ao lado de Fernando Collor de Mello e de José Sarney. Esse é o time que tantas tristezas deu ao Brasil, e ontem deu mais uma.

Mas eu não vou tratar desse assunto, deputado José Natal, porque tenho certeza de que o cidadão catarinense também está sentindo um grande descrédito pelo que aconteceu ontem e vai dar a resposta não agora, em debate, em discussões, mas nas urnas, no ano que vem. Esse será o momento em que o cidadão poderá manifestar-se colocando a sua vontade, a sua determinação, a sua vontade.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado Antônio Aguiar, quero dizer que vim à tribuna, hoje, para tratar do problema do cigarro, do projeto de lei do qual v.exa. também é autor. Mas o meu coração está tão magoado com o que aconteceu ontem, com o que aconteceu com a classe política, com o que fez a senadora Ideli Salvatti, uma representante de Santa Catarina que envergonhou o nosso estado, que não pude deixar de mencionar o fato. Porém são coisas da política.

Ouçõ em aparte v.exa., deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Na verdade, eu só gostaria de cumprimentar v.exa. e dizer que o senador Arthur Virgílio, que é do PSDB, também foi absolvido ontem, no Senado.

Então, com relação à votação, ficamos realmente preocupados com o Senado, principalmente com a posição adotada por aquela Casa. Queremos que aquilo realmente não aconteça na nossa Casa. Vamos separar o joio do trigo e a nossa Assembleia Legislativa, sem dúvida nenhuma, é um exemplo.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Giancarlo Tomelin, vim a este microfone porque não me conformei com as colocações do deputado Antônio Aguiar. Dizer que tudo ficou legal porque o senador Arthur Virgílio também estava no contexto e foi absolvido é uma politicagem, desculpe, deputado, barata de v.exa. Tem que vir aqui e repudiar veementemente o que aconteceu no Senado da República ontem, sim! Tem que mostrar à sociedade catarinense que pensamos política de uma forma diferente, e não vir dizer que a senadora Ideli Salvatti fez assim e o senador Arthur Virgílio também fez.

Deputado Antônio Aguiar, a política brasileira continua essa vala de estreme que está aí diante da sociedade que nós representamos, lamentavelmente!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar (Intervindo) - As palavras chulas realmente não condizem com v.exa. Acho que essa é uma palavra de baixo calão e que não convém aos deputados. Eu não fiz politicagem, apenas falei a verdade do que aconteceu no Senado ontem.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado Antônio Aguiar, perdoe-me, mas eu não lhe concedi aparte. V.Exa. falou anteriormente em aparte, posso voltar a conceder-lhe um, mas com o erro de um, v.exa. não pode corrigir o outro. E se o senador Arthur Virgílio cometeu algum erro, ele já esclareceu.

Eu não venho a esta tribuna para defender o ato ilegal de um companheiro de partido, porque se ele errar, eu estarei ao lado da população e vou querer esclarecimentos. Agora, o comportamento de v.exa., deputado Antônio Aguiar, não é de um parlamentar que quer a moralidade da política.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. GIANCARLO TOMELIN - Pois não! Ouço o líder da bancada do PSDB, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Giancarlo Tomelin, certamente a sociedade brasileira deve estar muito curiosa para saber o que tem o governo Lula a esconder para pagar um preço tão alto! Veja só: o conceito que o PT tinha passado à nação brasileira de que formado por pessoas diferentes, jogou tudo na vala - essa vala a que o deputado José Natal se referiu. Pagou esse preço por alguma coisa que deve estar escondendo e que precisa do PMDB para conseguir esconder! Eu imagino que seja isso! O que será, deputado Giancarlo Tomelin?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Fica a pergunta, deputado Serafim Venzon.

Eu quero tratar desta tribuna do projeto de lei do cigarro, mas não posso encerrar o meu pronunciamento sem dizer, deputado Serafim Venzon, que um homem que perde dinheiro, perde alguma coisa; o homem que perde a saúde perde muita coisa; mas o homem ou a mulher que perde o moral, perde tudo! E ontem a senadora Ideli Salvatti envergonhou Santa Catarina defendendo José Sarney e Fernando Collor de Mello. E você, catarinense, poderá dar o recado certo, correto, decisivo, na eleição de 2010! Será lá que você, soberanamente, num ato de vontade e de certeza, escolherá o futuro!

Nesses dois minutos que me restam, quero dizer que esta semana Curitiba também aprovou a lei do cigarro. São Paulo já aprovou a restrição ao fumo; o Rio de Janeiro já tem a sua lei, assim como o Maranhão. E o projeto de lei de nossa autoria, que combate o fumo em ambiente fechado, privado ou público, de uso coletivo, já está na Casa há um ano e não podemos nos furtar de debatê-la, aprová-la ou rejeitá-la e, principalmente, deputado Serafim Venzon - v.exa. que é médico -, de esclarecer as mentiras contadas ao longo desse processo de tramitação do projeto de lei, como, por exemplo, dizer que vai gerar desemprego.

Vejam que 80% do fumo plantado em Santa Catarina são exportados - o consumo nem ocorre aqui. Dos 20% que sobram, 18% vão para todo o Brasil, inclusive locais onde já foi aprovada a lei. O maior mercado consumidor é São Paulo e lá a lei já foi aprovada. Se devido ao fato de se restringir o fumo cair a demanda, a procura por fumo, será em virtude da lei de São Paulo e não da de Santa Catarina. Nós somos um estado exemplo, um estado turístico. Quando implantaram essa lei em Montevidéu, no Uruguai, diziam que ia terminar o turismo, mas, ao contrário, melhorou o turismo e a qualidade de vida do povo uruguaio.

O projeto de lei está nesta Casa e eu peço que os deputados estaduais possam debatê-lo olhando nos olhos e dizendo a verdade. Espero que este Parlamento debata um projeto de lei que é importante para o nosso estado e que tramita há um ano na Casa. E tenho certeza de que no mês de setembro iremos votá-lo e implantar a lei, fazendo com que o fumante tenha o direito de fumar e que o não fumante tenha o direito de não fumar. Não é uma lei contra o fumante, mas uma lei pela saúde dos catarinenses!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, ocupo este espaço para fazer uma reflexão a respeito do projeto que tramita nesta Casa e que trata do salário mínimo regional.

Tenho procurado ouvir as entidades empresariais e também as entidades que representam os trabalhadores, e penso que nos cabe, como deputados, construir uma solução que seja equilibrada, que considere o atual momento por que passa a economia do nosso estado, como também a economia brasileira.

Não podemos negar que o atual momento nos remete a uma queda nas exportações e que os setores empresariais do nosso estado que estão voltados à exportação estão passando por grandes dificuldades, tendo que fazer ajustes, reduzir custos, sem, contudo, conseguir incrementar as vendas para o exterior.

Aliado a isso, tivemos o problema climático de novembro do ano passado, que afetou o porto de Itajaí, novela essa que vem-se

arrastando por demais. É muito tempo para fazer a recuperação do porto e isso está trazendo um prejuízo enorme para Santa Catarina e também prejudicando os setores empresariais que exportam através daquela via portuária.

Também temos outro aspecto decorrente da crise financeira mundial, que é a restrição do crédito para as empresas de Santa Catarina. Isso faz com que as empresas estejam menos capitalizadas e é importante considerarmos tudo isso.

Quero deixar claro que não somos contra a melhoria salarial para a classe trabalhadora. Acho essa reivindicação justa, que tem que continuar, pois é uma forma de distribuição de renda, mas não podemos considerar que uma lei vá trazer melhorias salariais sem levar em conta a outra ponta que vai pagar, porque o que vai acontecer se as empresas tiverem que arcar com esses custos e não tiverem recursos financeiros? Não tenham dúvidas de que vai haver desemprego, demissões.

Esse é o caso, deputado Silvio Dreveck, do setor moveleiro de São Bento do Sul e de Rio Negrinho, onde tive a oportunidade de escutar um depoimento de um empresário que atua nessa área, que tinha 800 empregados, já demitiu 400, e se for implementada a lei do salário mínimo da forma como está proposta, afirmou com toda convicção que vai analisar a possibilidade de parar a sua empresa e demitir os outros 400 funcionários. Naquela região, deputado Silvio Dreveck, temos informações de que o desemprego está muito elevado; muitas empresas demitiram e não há como retomar os empregos se houver o aumento do salário mínimo regional da forma como está proposto.

Por isso, deputado Silvio Dreveck, tomamos a iniciativa, como também o deputado Darci de Matos, de fazer uma emenda passando os empregados do setor moveleiro para a primeira faixa do projeto de lei do salário mínimo regional que tramita nesta Casa.

Da mesma forma, no setor de transporte temos problemas porque o projeto de lei coloca todos os empregados do setor numa mesma faixa salarial e não há como não diferenciar a atividade do motorista, do movimentador de cargas, do *motoboy*, do *office boy*. Então, também estamos apresentando uma emenda ao projeto de lei, que visa deixar enquadrados os motoristas na faixa proposta originalmente, passando os demais empregados do setor para a primeira faixa salarial.

Fizemos isso baseado num ofício que nos foi enviado pela Fetranesc, entidade representativa do segmento empresarial desse setor, para que não haja desemprego e dificuldades mais fortes.

Também tenho informações do setor varejista de combustíveis. Todos os deputados lembram que tempos atrás houve uma iniciativa do setor empresarial desse segmento propondo a automatização, o autoatendimento. Pois bem, essa iniciativa foi revista levando em conta o posicionamento do sindicato dos empregados que trabalham neste setor. Mas agora, se for implantado o piso salarial do jeito que está, vai haver um incremento de 30% na folha de pagamento e é óbvio que esse setor não vai suportar. Com isso, surge mais um motivo para que efetivamente aconteça a automatização do atendimento, a implantação do autosserviço e o consequente desemprego. E não é isso que nós queremos. Nós temos que buscar, sim, melhorias salariais para os trabalhadores, mas não podemos perder de vista que se não avaliarmos, se não construímos alternativas, vamos acabar gerando desemprego em Santa Catarina. E não é isso que nenhum dos deputados deste Parlamento deseja, tenho certeza.

Por isso, estamos conversando, estamos dialogando e queremos propor

modificações no projeto de lei que tramita nesta Casa, para que consigamos construir uma lei que seja do interesse dos trabalhadores, do setor empresarial e da economia de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado.

V.Exa. tem uma preocupação que é fundamentada em dados e na real situação econômica que vivemos em Santa Catarina. E além dos setores que v.exa. acaba de mencionar, há outros segmentos da economia, deputado Antônio Aguiar, principalmente nos municípios de São Bento do Sul e Canoinhas, o setor de comércio e de prestação de serviços, nos quais o impacto vai ser elevadíssimo.

Por isso falei há poucos instantes que este é o momento de refletir e avaliar se vamos elevar a folha de pagamento das empresas, das indústrias e do comércio, principalmente, ou seja, daqueles setores mais prejudicados por vários fatores econômicos externos e internos. Parece-me que o governo, que encaminhou o projeto a esta Casa, tem que pensar também na redução de impostos, a fim de que esses setores econômicos possam competir, porque não vejo forma de aumentar a folha de pagamento se não houver essa compensação.

Então, v.exa. tem razão porque todos nós somos favoráveis ao aumento de salário, mas desde que não comprometa o emprego. O que é melhor? Ter R\$ 500,00 no final do mês ou não ter nada? Então, isso vale para todos refletirmos sobre esse assunto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Elizeu Mattos, já estourou o meu tempo e tenho que dividir o espaço do partido com o deputado Adherbal Deba Cabral, mas ouço v.exa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, tenho algumas versões sobre esse debate e estou estudando a questão do piso, porque pregam uma coisa e depois falam diferente.

O que é o piso mínimo regional? Soma-se gratificação e insalubridade, e há um limite mínimo que um servidor irá receber. Então, não é bem aquilo que alguns estão falando. Eu tenho dúvidas e se estiver errado, quero que me corrija.

Outra coisa que está clara no projeto de lei enviado pelo governo a esta Casa é que os acordos coletivos serão respeitados. Se o acordo coletivo já existe e é inferior ao piso, o acordo coletivo será respeitado. Acho que nós podemos, sim, debater um pouco melhor, mas acho que estão pintando o bicho maior do que é, no meu entendimento.

Entretanto, acredito que existe espaço para negociação. O setor produtivo deveria ter negociado com o governo lá atrás, antes de o projeto vir para cá. O governador Luiz Henrique chamou a Fiesc várias vezes para debater e negociar sobre esse assunto, mas só depois que o projeto chegou a esta Casa é todo mundo se alertou. Agora estamos aqui para negociar, mas poderia muito bem ter sido negociado lá atrás.

Eu me vejo, hoje, praticamente impedido de fazer mudanças em projeto de origem governamental, se não houver o consenso de todos, desculpe-me, Respeitando a sua posição, se houver consenso em torno do projeto que veio do governo do estado, vamos encaminhar dessa forma.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Cabe apenas um esclarecimento para que todos acompanhem: o acordo coletivo está preservado pelo projeto. Acontece que na prática o que vai acontecer é que o piso, o patamar inicial de

negociação passará a ser outro. E essa é a grande preocupação que nós estamos apresentando com relação ao projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, nos minutos restantes do PMDB, com a palavra o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Enquanto o deputado Adherbal Deba Cabral se dirige à tribuna, eu gostaria, sra. presidente, de dizer que o salário mínimo, a partir de janeiro de 2010, vai estar em torno de R\$ 500,00. A proposta do governo do estado com relação ao piso mínimo regional, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010, é de R\$ 587,00. Ora, acho que não há muita diferença entre R\$ 500,00 e R\$ 587,00 e acho também que está dentro daquilo que o trabalhador merece.

Somos a favor do projeto de lei e temos certeza de que os trabalhadores de Santa Catarina, juntamente com os sindicatos, com as entidades representativas, estarão atentos à nossa votação.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados presentes na Assembleia Legislativa, catarinenses que nós assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Aleesc Digital, gostaria, neste momento tão difícil por que passa a política brasileira, de dizer que nós, catarinenses, nós, deputados, o governo do estado e os prefeitos municipais estão procurando trabalhar em prol das suas comunidades.

Amanhã, no município de Itajaí, na prefeitura municipal - e aproveitamos para parabenizar o nosso prefeito Jandir Bellini -, vamos ter uma reunião na qual estarão presentes o prefeito de Navegantes, vereadores, autoridades e empresários da região, para falar sobre a travessia que liga o município de Itajaí ao município de Navegantes. Esse é um projeto muito importante para o turismo dos municípios da foz do Itajaí-Açu. O prefeito municipal de Itajaí vai apresentar, na ocasião, o projeto da execução do túnel que liga os dois municípios. É um projeto muito importante, já temos verba do governo federal garantida no PPA, temos verba também no Orçamento catarinense, e temos certeza de que a partir daí iremos dar um grande passo para a construção dessa obra tão importante para o turismo da nossa região.

Outra obra importantíssima e que neste momento, neste dia de hoje, estamos reivindicando junto ao governo federal e também à Frente Parlamentar Catarinense, é o início da construção do novo aeroporto internacional do vale do Itajaí. É um projeto de mais de R\$ 60 milhões, para o qual já foram desapropriados mais de dois milhões de metros quadrados no município de Navegantes. Esse aeroporto, além de ser um aeroporto cargueiro, irá destinar 60% da sua nova estrutura para o transporte de carga da região do vale e do norte catarinense, porque hoje o aeroporto de Navegantes já está ultrapassado, não tendo mais condições de atender toda a demanda não só do vale do Itajaí, mas também do norte catarinense.

Por isso, neste momento, nós fazemos essa reivindicação para todos aqueles que têm interesse na construção desse aeroporto, os empresários, as associações empresariais do vale, da foz e do alto vale do Itajaí, que utilizam atualmente o aeroporto de Navegantes.

Quero também, neste momento, agradecer a vinda do superintendente do DNIT à

comissão de Transportes da Assembleia Legislativa trazendo informações sobre o início da duplicação da BR-470, que é uma reivindicação de todo o vale do Itajaí. Essa BR é problema para toda a região, mas temos certeza de que, se Deus quiser, até o final do mês de novembro todo o projeto estrutural estará pronto, para que possamos, antes do dia 31 de março do ano que vem, dar início a essa grande obra que será a alavanca do progresso da região da foz, do vale e do alto vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados, em primeiro lugar, não posso deixar de comentar os discursos infelizes que fizeram os que me antecederam em relação ao Senado Federal, justamente aqueles que venderam a esperança do Brasil e que não se conformam que este país possa crescer e distribuir renda. Justamente aqueles que querem paralisar o país até a próxima eleição, paralisar o governo até lá, estão cheios de demagogia e de política nessa questão do senador José Sarney e do Senado da República.

O que lá existe é um problema estrutural! Não adianta só tirar o presidente Sarney, como aconteceu quando tiraram os últimos quatro presidentes e não resolveram a questão. É correto uma casa legislativa como o Senado ter mais de 15 mil funcionários? É correto uma casa como o Senado usar do Orçamento da União mais de R\$ 6 bilhões por ano?

Nós estamos num momento em que o senador José Sarney está aceitando todas as medidas de transparência. É um momento que contradita o que a imprensa, o DEM e o PSDB estão falando. Contraditoriamente, é um momento positivo para o Senado, porque lá estão o Tribunal de Contas da União e a Fundação Getúlio Vargas analisando todas as medidas de transparência, já que o Senado, acuado pela sociedade e pela imprensa, está aceitando todas as restrições. Talvez agora coloquem em ordem aquela Casa, porque já tiraram da Presidência o senador Renan Calheiros, o senador ACM, o senador Jader Barbalho e não resolveram o problema. Não é tirando presidente que se resolve. Há que reestruturar a instituição. E foi nessa linha que a senadora Ideli Salvatti acatou uma decisão de governo, contra a sua vontade, é verdade, pois é preciso colocar ordem na casa de forma estrutural. Eu penso que esse é o caminho que nós devemos defender e seguir.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado Décio Góes, acho que podemos falar sobre o assunto porque o Partido dos Trabalhadores tinha outra opção para a Presidência do Senado; o candidato do PT não era o senador José Sarney, era o senador Tião Viana, que tinha, inclusive, um projeto de reestruturação do Senado, um projeto de transparência.

Agora, o que o PSDB quer é o que eles sempre fazem. E nós podemos citar exemplos em Santa Catarina, porque eles têm duas caras na discussão da política, da ética e da moralidade. Na legislatura anterior tentamos abrir na Assembléia Legislativa de Santa Catarina algumas CPIs e eles sempre estavam ao lado daqueles que abafavam as CPIs; podemos falar da CPI do Bolshoi e, recentemente, daquele livro que lançou suspeitas que precisariam ter sido investigadas. Perguntem se o PSDB assinou os pedidos de

instalação das CPIs? Claro que não! Eles não querem investigação, querem palanque fácil, discurso fácil, demagogia, querem assumir o controle do Congresso Nacional no golpe, para tentar fazer aquela oposição que eles fazem, que não é construtiva ou propositiva. É uma oposição para derrotar, para fazer com que o governo pare, como bem disse v.exa.

Eu tenho aqui uma lista de fatos sobre os quais poderíamos falar, mas não vou tomar todo o seu tempo, posso falar em outra oportunidade.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado, deputado Dionei Walter da Silva, e essa gente não tem moral para falar da senadora Ideli Salvatti, porque se há alguém que tem prestado serviços ao nosso estado é a nossa senadora. Não há uma obra do governo federal em Santa Catarina que não tenha o seu esforço, o seu empenho, a sua coragem e a sua determinação. Compare qualquer serviço prestado pelos outros senadores de Santa Catarina e verá claramente que quem trabalha mais pelo estado é a senadora Ideli Salvatti.

Mudando de assunto, eu queria convidar todos os deputados para participarem, na segunda-feira, de uma vistoria na BR-101 e da assinatura da ordem de serviço do projeto da ferrovia litorânea. A senadora Ideli Salvatti, o diretor-geral do DNIT de Santa Catarina, engenheiro João José dos Santos, e a bancada do PT estão convidando todas as pessoas que quiserem participar da caravana de vistoria e inaugurações na BR-101, com a participação do diretor-geral do DNIT do Paraná, engenheiro Luiz Antônio Pagot.

O ônibus da caravana vai sair da superintendência do DNIT às 7h desta segunda-feira em direção ao sul. Às 9h vai ser assinada a ordem de serviço do projeto da ferrovia litorânea, um marco histórico para o sul do Brasil. Finalmente, nós vamos ligar a Ferrovia Tereza Christina à malha nacional, em direção ao norte do país, e vamos ter a integração de todos os portos catarinenses - Laguna, Imbituba, Itajaí, Navegantes e São Francisco do Sul -, através dessa ferrovia, o que é um avanço grande na logística do estado de Santa Catarina.

O encerramento da vistoria dos trechos da BR-101 acontecerá em Araranguá. Antes disso, também será inaugurado o elevador de Maracajá, que é a solução para as cheias naquela região, um elevador de 1,7km de extensão. Quando houver enchente na região será usado só o elevador e em tempos normais serão usados o elevador e a pista normal. Também será inaugurado, em Tubarão, o viaduto do acesso sul à cidade. Essas obras serão liberadas para o tráfego, só que em Maracajá, após a liberação do viaduto, será interditada a pista antiga para fazer a sua restauração, deixando-a nos padrões da via duplicada.

No que se refere à ferrovia litorânea, a ordem de serviço entregue refere-se ao primeiro lote, de 120km, que vai de Imbituba à margem direita do rio Tijucas. O projeto executivo será feito pelo Consórcio Magna/Astep e custará R\$ 9,48 milhões. O consórcio deverá ainda fazer os estudos operacionais de todo o trecho ferroviário. O segundo lote, de 115km, vai do rio Tijucas até a junção com a linha férrea da América Latina Logística - ALL -, em Mafra, que liga Mafra ao porto de São Francisco do Sul. O projeto executivo será feito pelo Consórcio Veja/Sul, que também ficará responsável por elaborar os estudos de viabilidade técnica e econômica de todo o trecho, por cerca de R\$ 9 milhões. Então, são R\$ 18 milhões para os projetos de engenharia, mais quase R\$ 4 milhões para os projetos ambientais, num total aproximado de R\$ 22 milhões. O EIA/RIMA vai ser feito pela STE/Oikos, que tem 540 dias para entregar esse serviço.

É um marco histórico para Santa Catarina, para a logística do Brasil, vai reforçar o nosso estado como o que mais tem portos no

país, vai permitir uma mobilidade logística muito grande e vai dar um acréscimo de infraestrutura importante para o desenvolvimento do nosso estado.

Parabéns ao DNIT por mais essa conquista, parabéns à nossa bancada, à senadora Ideli Salvatti por capitanear esse projeto tão importante...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, companheiras deputadas, companheiros deputados, quero, no horário do nosso partido, o PPS, homenagear um servidor desta Casa, pois ontem fez dois meses do seu falecimento. Eu conheci o seu trabalho, a sua prática ao longo dos anos, desde a época em que fui deputado pela primeira vez, em 1990. Trata-se de Osni Soares, o nosso barbeiro. Acho que é importante reconhecermos sua trajetória, desde sua amizade, sua forma de agir e trabalhar. Ele faleceu no dia 19 de junho, portanto, ontem fez dois meses do seu falecimento, e eu gostaria que isso fosse registrado nos anais desta Casa.

Osni Soares tinha como esposa a sra. Odete Terezinha Soares e como filhos Solon Soares, funcionário desta Casa, que trabalha na área de jornalismo; Salette Soares, na administração, e Saulo Soares, que é formado em Farmácia e Bioquímica. Osni Soares tinha como netos Paolla Ouriques, Júlia Ouriques, Vinicius Vieira Soares e Vitor Vieira Soares.

Nasceu na cidade de Palhoça, em 5 de junho de 1929. Iniciou na Assembleia Legislativa em 1972 e aposentou-se compulsoriamente, mas a pedido dos próprios parlamentares foi contratado para continuar o seu trabalho nesta Casa.

Quero dizer que ele era uma pessoa muito estimada e muito se orgulhava da sua profissão. Isso é importante. Mas ele fazia mais do que isso: uma vez por semana, segundo me disseram seus amigos e seus familiares, cortava o cabelo das crianças pobres em sua casa, ou seja, fazia o seu trabalho comunitário, além do próprio trabalho na Casa do Povo. Seus filhos se orgulham muito do seu pai pelo trabalho humilde que exerceu, mas que foi muito importante nesta Casa e mais do que nunca é merecedor de que conste nos anais desta Casa esta homenagem pelo trabalho prestado à Assembleia e às crianças carentes. Ele era muito associado à imagem do ex-governador Colombo Salles, que era seu amigo.

Portanto, representando os parlamentares da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, queremos homenagear o nosso amigo Osni Soares, que foi barbeiro nesta Casa.

Também quero anunciar, sra. presidente, que foi escolhido por unanimidade o novo presidente estadual do PPS, Claudir Maciel, para exercer o cargo por 90 dias. Ele já está organizando, até o início de outubro, uma caravana para novas filiações, para quem quiser fazer política honesta, com ética, com competência. Segundo o roteiro, no dia 28 estaremos na região de Canoinhas e no dia 29 nas regiões de Mafra e Joinville. Então, já estamos com a nossa caravana trabalhando para o engrandecimento do partido.

Também quero comunicar que o nosso partido recebeu o pedido, que assumimos como importante e fundamental, do vereador Tiago Silva, da capital, para criação do núcleo GLBT, que trata da minoria que é discriminada, ou seja, os gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. O pedido foi aceito e a prova é a própria investidura do

companheiro Tiago Silva na titularidade de uma cadeira da Câmara de Vereadores de Florianópolis, demonstrando o compromisso histórico do nosso partido com a luta em prol do negro, do índio, enfim, em prol das minorias discriminadas.

Portanto, o partido se engrandece e queremos parabenizar essa rotatividade, que sempre defendemos por ser parlamentarista, na oportunidade em que assume Tiago Silva na vaga do companheiro Badeko.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0547/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1118/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva; e 1119/2009 e 1120/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

Requerimento n. 1121/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita ao ministro da Pesca e Aquicultura a liberação de recursos para a Colônia de Pescadores Z-6, de Navegantes, para a reforma do cais no bairro de São Pedro, no município de Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1122/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita ao ministro da Pesca e Aquicultura a liberação de recursos para a construção de um terminal pesqueiro de carga e descarga no município de Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0126/2009, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações sobre imóveis alienados pelo Poder Executivo estadual, em 2009, no município de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e pela Rádio Aleisc Digital, ontem, deputado Dionei Walter da Silva, teve a oportunidade de receber um secretário municipal de Esportes no meu gabinete, que me detalhava algumas conversas havidas na Fesporte. E eu quero chamar a atenção do nosso eminente líder do governo, deputado Elizeu

Mattos, para o assunto que trago para a tribuna na manhã de hoje.

Há algum tempo venho alertando que membros do governo, candidatos à eleição do próximo ano, estão antecipando demasiadamente a campanha e estruturando-a à custa do erário.

Já falei aqui, por exemplo, deputada Ada De Luca e deputado Manoel Mota, da estruturação do secretário Ivo Carminati, da SC Parcerias, pois quem o vê pelo sul pensa que é candidato oficial e que a SC Parcerias agora tem a obrigação de financiar campanhas também. É um escândalo o que está acontecendo. É um assédio de propostas financeiras!

Não tenha dúvida, deputado Elizeu Mattos, que providências jurídicas já estão sendo encaminhadas e com toda certeza a Justiça Eleitoral vai saber acompanhar. Aqueles que deveriam dar a resposta para Santa Catarina pelos cargos públicos que ocupam, deputado Décio Lima, utilizam-se dessa estrutura para cooptar, para fazer negócio, para fazer proposta para viabilizar campanhas. É Ivo Carminati; é Ronaldo Benedet na secretaria da Segurança Pública; é negócio eleitoral por toda Santa Catarina; é viatura em troca de voto, deputado Sargento Amauri Soares; é região que não tem pedido de viatura atendido ou cujo atendimento é mais demorado porque há deputado do governo que é candidato naquela região. Há falta de policiais, deputado Antônio Aguiar, e onde não há dobradinha com o secretário candidato custa mais a chegar a munição, a arma, a viatura e o policial. É um escândalo! A violência está crescente, está assustadora, o deputado Sargento Amauri Soares trouxe esse assunto novamente hoje; há estruturas de poder, batalhão, cargo para privilegiar e o povo na rua angustiado por falta de segurança.

Mas ontem, deputado Elizeu Mattos, soube que na Fesporte agora se troca bola por cabo eleitoral. O tal presidente da Fesporte é conterrâneo legítimo do deputado Dionei Walter da Silva, que é meu conterrâneo legítimo porque é de Pouso Redondo, mas adotado por Jaraguá do Sul, como eu sou adotado por Tubarão.

Deputado Dionei Walter da Silva, um secretário municipal me relatou, ontem, que foi visitar a Fesporte para buscar parcerias com o governo do estado - afinal, esse não é um governo de parcerias, da descentralização, que atende todo mundo e que não discrimina ninguém? -, pedir apoio, pedir material esportivo, pois é um município que tem muitas dificuldades financeiras. O que ele me relatou é que o sr. Cacá Pavanello nem fica vermelho. Diz que a proposta é direta: leva bola, leva rede, leva trave, leva apito, leva juiz, desde que ofereça apoio eleitoral.

Um ano e meio antes da eleição, deputado Antônio Aguiar! Onde é que isso vai parar? Vão entregar até a ponte Hercílio Luz desse jeito! Vão entregar até a ponte sem o metrô que Luiz Henrique disse que ia passar por cima. Se o Avaí e o Figueirense não se cuidarem, esse presidente da Fesporte daqui a pouco é capaz de entregar até os estádios dos nossos dois times. É bola por voto, é trave por cabo eleitoral, é apito por acordo. É um escândalo!

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. tem-se esmerado muito como líder do governo. Eu tenho procurado ajudar v.exa., as oposições têm procurado ajudá-lo naquilo que é possível, sem perder a linha e a coerência das suas ações, porque v.exa. realmente tem-se esforçado para buscar a correção do curso de algumas coisas erradas. Mas é tanta coisa errada que eu não sei se v.exa. vai vencer tudo isso. É muita ponta vazando. É como se fosse uma mangueira furada. V.Exa. consegue estancar um furo, passar uma borracha em volta, mas aí já salta outro e eu não sei o que vai acontecer.

Deputado Elizeu Mattos, trate com o governo, dê uma acompanhada, porque o negócio

está ficando esrachado. Esse cidadão está usando a estrutura do governo, relatado por um secretário municipal de minha inteira confiança, para fazer negócio, para buscar apoio político. E não se pode fazer isso, porque é ilegal, imoral, indecente. Temos que usar a estrutura do governo para defender a população, deputado Dionei Walter da Silva, e não para fazer negócio político, para tentar obter apoio e votos.

Deputado Elizeu Mattos, a Justiça Eleitoral, não tenha dúvida, vai agir, e não vamos dar trégua, eis que é nosso papel fiscalizar também. Mas para o governo não se incomodar tanto, o ideal seria mandar essas pessoas para casa, porque não se controla mais. Já que só querem fazer campanha, todos os membros do governo que são candidatos deveriam ir para casa. E o governador parece que nem está aí. Está só pensando na eleição para senador também. E se o chefe faz isso, a bagrada faz porque também se acha no direito.

Então, deputado Elizeu Mattos, quem é candidato que pare de fazer campanha antecipada ou vá para casa, porque isso não vai ficar bem para o governo. O governo vai terminar mal desse jeito, muito pior do que está, deputado Antônio Aguiar, com uma pilha de ações da Justiça Eleitoral.

Colocar campanha nas funções de governo? Já estão antecipando a campanha, e isso deveria acontecer só no ano que vem. Mas já que alguns não se controlam e estão lá apenas usando a estrutura do governo para fazer campanha, então mandem-nos cuidar da campanha, mas sem o cofre do estado do lado, sem as redes, as bolas, as traves da Fesporte. Que o governo mande que façam campanha com recursos próprios, não com financiamento público, porque é isso que está acontecendo.

Deputado Elizeu Mattos, vou-me aprofundar e ampliar esse debate na Casa, mas em homenagem a v.exa., que tem sido atento, que tem emitido sinais de que quer corrigir isso, que tem promovido gestos nesse sentido, vou aguardar até a semana que vem para que a atenção do governo seja chamada em relação a essas ações, especialmente a essas últimas da Fesporte.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Nobre deputado, já fiz pessoalmente um alerta. Esse cidadão que preside a Fesporte é um negociante. É o mesmo cidadão que já foi denunciado aqui na Casa, que falou publicamente que não recebia gente do PT. Esse alguém, que dirige uma instituição do governo do estado, diz que não discrimina, mas já afirmou em rádios da região que gente do PT ele não recebe.

Um vereador nosso, de Itajaí, recebeu uma proposta desse cidadão, na eleição municipal passada, de que receberia apoio para um campeonato desde que se filiasse ao seu partido, porque eles precisavam de candidatos a vereador. Essa é uma das inúmeras situações.

Fui autor de um pedido de informação no sentido de saber para onde vão os recursos da Fesporte durante esse mandato. E vamos ter surpresas, deputado Joares Ponticelli. Inclusive, vou ajudar nesse trabalho.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Elizeu Mattos, já vimos que denúncias temos aos montes. E repito que confio nas providências que v.exa. haverá de tomar. Não queremos transformar isso aqui num planque diário de denúncias. Já pensaram começar isso um ano e pouco antes da eleição? Mas se providências não forem tomadas, vamos, sim, trazer diariamente aqui mostras dos negócios eleitorais que estão sendo feitos na Fesporte, na SC-Parcerias e em outras estruturas do governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Giancarlo Tomelin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Giancarlo Tomelin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Com a gentileza do deputado Professor Grandó, quero informar que eu já tinha falado antes das 10h; portanto, não posso me inscrever novamente. Só para ficar claro de que não estou renunciando ao direito de falar, pelo contrário, gostaria de poder fazê-lo novamente, mas respeitando o Regimento, não posso mais me inscrever na manhã de hoje.

Muito obrigada, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esse fato já tinha sido esclarecido entre nós dois, sr. deputado.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, trago aqui uma notícia muito boa, ou seja, que o PPS comandará CPI da Violência Urbana. Realmente, é muito importante que o país comece a se preocupar, os políticos comecem a se preocupar com a violência urbana e que soluções sejam oferecidas.

(Passa a ler.)

"O PPS ficou com a presidência e com a primeira-vice-presidência da comissão.

O PPS estará à frente da CPI da Violência Urbana, instalada na tarde desta terça-feira (18) na Câmara dos Deputados. Os deputados Alexandre Silveira (PPS-MG) e Raul Jungmann (PPS-PE) foram escolhidos, respectivamente, presidente e vice-presidente da comissão que pretende apurar as causas e buscar soluções para a violência e a criminalidade nas cidades brasileiras.

O deputado Raul Jungmann disse ter as melhores expectativas em relação à CPI e destacou a presença na comissão de parlamentares com uma longa trajetória no combate à criminalidade. Ele afirmou ainda que essa CPI transcende as divergências politopartidárias, visto que a gravidade do tema exige um esforço permanente e um cronograma de trabalho rígido que não sofra desvios por influência ou pressão de fatos isolados. 'É preciso ousar no sentido de se ter o compromisso de entregar à sociedade uma resposta a esse sentimento trágico que existe em relação à violência urbana', concluiu Raul Jungmann.

Já o presidente da CPI, deputado Alexandre Silveira, reafirmou sua preocupação não só com o aperfeiçoamento da legislação, mas também com o atual processo penal. 'Há na sociedade um sentimento de impunidade, pelo excesso de recursos, pelo excesso de prazos, enfim, pelos mecanismos que o nosso arcaico processo penal oferece para que não se cumpram, de fato, as penas'. Silveira afirmou também que a maioria absoluta da população carcerária brasileira é composta por reincidentes, o que demonstra a ineficiência do estado brasileiro em cumprir seu dever constitucional de ressocialização.

A próxima reunião da CPI, que será relatada pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS),

está marcada para terça-feira (25) e irá estabelecer os roteiros de trabalho e definir as pautas dos próximos encontros.

O presidente de CPI diz que Brasil não tem política de combate às drogas. 'O Brasil não tem uma política eficaz de combate às drogas, e é urgente que o governo federal tome providências para tratar com seriedade uma questão que atinge milhares de jovens brasileiros e a segurança da população'. A avaliação foi feita nesta quarta-feira (19) pelo presidente da CPI da Violência Urbana, deputado Alexandre Silveira, em reunião com o presidente da ONG Viva Rio, Rubem César Fernandes, e com o inglês Mike Trace, presidente da Internacional Drug Consortium (IDPC), entidade que reúne uma rede global de organizações não governamentais que tem o objetivo de 'promover uma política sobre drogas mais humana e mais eficaz'.

No encontro com Silveira, que também preside a comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara, ficou acertada a participação de parlamentares na primeira reunião da comissão brasileira sobre drogas e democracia, que acontece a partir de sexta-feira, dia 21, na sede da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. O evento será aberto pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e contará com a participação de diversos especialistas na área.

Para o presidente da CPI da Violência Urbana, a questão das drogas precisa ser encarada pelas autoridades brasileiras. 'Nós tratamos desde o usuário principiante até o traficante como delinquentes que devem ser segregados. Desse modo, aquele que só usava volta amanhã traficando, pois o nosso sistema prisional não ressocializa ninguém. E aquele que traficava passa a liderar verdadeiras facções criminosas', diz o deputado Alexandre Silveira.

Alexandre Silveira não é a favor da descriminalização das drogas, mas considera que o consumo deve ser tratado como uma questão de saúde pública. 'O problema é que se não temos dignidade em nossas prisões, como falar em investimentos em saúde pública nesse sentido? É necessária uma ampla reforma nessa área', defende.

Para mudar esse quadro, Silveira considera de fundamental importância que as autoridades brasileiras conheçam os sistemas adotados por outros países. Na Inglaterra, como lhe contou Mike Trace na reunião desta quarta-feira, o usuário que não pratica qualquer tipo de delito é apenas advertido. 'Não concordo com isso, acho que deve haver uma pena, não de privação da liberdade, mas uma pena de possibilidade de recuperação das pessoas viciadas', disse o deputado. No caso do usuário que delinque, o país europeu o encaminha para o serviço de saúde pública. 'Já com os traficantes eles são duros. Há até a possibilidade de prisão perpétua', conta Silveira, para quem o Brasil perdeu o controle do tráfico. 'Na Inglaterra eles são duros porque o dinheiro do tráfico financia o tráfico de armas e até o terrorismo. Aqui no Brasil, do jeito que a situação está, vamos acabar sendo dominados por um estado paralelo comandado por traficantes', finalizou."

Na realidade, hoje, em cada cidade que está a crescer, sabemos que a ditadura do narcotráfico toma conta das regiões, porque existe a omissão do poder público, seja ele municipal, estadual, federal, das organizações não governamentais civis, das igrejas. Então, é preciso um grande mutirão, manter as famílias avisadas, manter as famílias agregadas no sentido de combater esse crime, porque realmente as consequências dessa violência comprometem principalmente o futuro dos nossos jovens.

Temos que tomar decisões políticas sérias e competentes. E essa é uma boa CPI, é a CPI que procura dar soluções para um dos

grandes problemas deste país, contribuindo com a segurança, contribuindo com a tranquilidade, com a paz e sem sombra de dúvida com uma melhor qualidade de vida. E para o nosso partido é uma honra muito grande, uma vez que sempre trabalhamos de forma suprapartidária. A nossa forma de agir é oferecendo sugestões. Não ficamos amaldiçoando na escuridão, não. Se for necessário, estaremos lá, acendendo nem que seja uma vela para iluminar, para oferecer soluções não somente no combate à violência, mas em todos os campos.

Esse é o verdadeiro valor da política, da boa política científica, da política social com ética, com moral e que caracteriza o nosso partido, um pequeno partido, mas que com muita honra irá presidir essa comissão, que com certeza irá atender uma demanda muito grande da população.

Isoladamente os parlamentares não podem tomar decisões e oferecer soluções. Por isso essa CPI é aberta a todos e com certeza vamos acompanhá-la, para que possamos adotar medidas em nível de municipal, estadual e, principalmente, federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Valeu, deputado Professor Grandó, a pressão do PPS neste plenário.

O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Dionei Walter da Silva, do Partido dos Trabalhadores, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham, desta tribuna, como ela é uma tribuna democrática, ouve-se de tudo, inclusive demagogia, viagens e falas totalmente desprovidas de um senso mínimo de verdade, principalmente da bancada do PSDB nesta Casa.

Existe uma preocupação por parte deles que nos enche de orgulho. Não é o trabalho deles que nos enche de orgulho, mas enche-nos de orgulho, deputado Joares Ponticelli, a preocupação que eles têm com a senadora Ideli Salvatti, porque a cada três palavras falam alguma coisa da nossa senadora. E para nós é motivo de orgulho, porque é sinal de que eles estão preocupados com a pré-candidata ao governo do estado, Ideli Salvatti. Como dizem os ditados: mariposa não pousa em luz apagada e não se chuta cachorro morto. Não é mesmo, deputado Joares Ponticelli?

Então, vejo isso como uma demonstração de que eles reconhecem a força da nossa senadora na próxima eleição, se o nome dela for aprovado e registrado, e torçemos para que seja.

Na história de Santa Catarina, com relação aos recursos trazidos a este estado relativos às obras em andamento, às obras programadas, inclusive do PAC, todos têm o DNA da senadora Ideli Salvatti. Temos, no ministério das Cidades, deputado Joares, cujo ministro é do seu partido, um grande parceiro de Santa Catarina, com todas as ações do PAC em especial intermediadas, apoiadas, desenvolvidas através da senadora Ideli Salvatti.

Nessa questão do discurso que eles fazem em relação ao Senado, concordo que contra o senador José Sarney há imensas, inúmeras, gritantes, irregularidades. Mas não podemos aceitar o discurso demagogo que eles fazem, porque a impressão que eles tentam passar para a sociedade é que são os arautos da moralidade, da ética pública e que vão resolver o problema do Senado com a retirada do senador José Sarney. E sabemos que não é verdade, porque se a preocupação deles fosse efetivamente com a ética, com a moralidade, com a transparência, eles não participariam dos abafos às investigações.

Não quero nem falar no governo de Fernando Henrique, quero falar aqui da

Assembleia Legislativa de Santa Catarina, srs. deputados. Quando fui deputado na legislatura passada, tivemos nesta Casa denúncias apresentadas até pelo Ministério Público, envolvendo, na época, o instituto responsável pela gestão do Teatro Bolshoi de Joinville.

O PSDB, partido da ética, da moral e da investigação, ajudou na operação abafa que o governo do estado fez nesta Casa, na comissão de Constituição e Justiça, para encerrar aquela CPI.

Depois, ainda naquele mandato, tivemos a proposta da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis práticas de destinação de dinheiro público distribuído na forma de subvenções sociais. O PSDB, na operação abafa do governo do estado, arquivou aquela CPI, não permitindo que a sociedade soubesse como funciona essa lógica das subvenções sociais do governo do estado.

Ainda naquela legislatura, tivemos, em Santa Catarina, a chamada Operação Dilúvio, deputado Sargento Amauri Soares, em que foi preso um cidadão, que trabalhava na Fazenda do estado, com mais de R\$ 2 milhões no seu apartamento, e foi proposta a criação de uma CPI. O PSDB estava lá abafando e arquivando a CPI na comissão de Constituição e Justiça desta Casa. E apontando o dedo para cento e poucos mil reais que foram presos num hotel, em São Paulo, porque daí era um crime hediondo, mas R\$ 2 milhões em Santa Catarina, na casa de um assessor da Fazenda, tinha que abafar, aquilo não era crime.

E nesta legislatura nós já tivemos duas operações abafas, sendo uma delas contra uma proposta da bancada do Partido Progressista: Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fatos da Casan e dinheiro público no aliciamiento de eleitores e outros supostos ilícitos, nas localidades de Rio da Prata e Colônia Ruthes, no município de Rio do Campo e na estrada geral, em Passo Manso, no município de Taió. Onde estava o PSDB? Na comissão de Constituição e Justiça. O parecer do deputado Marcos Vieira foi contrário à tramitação, e por maioria foi abafada a CPI.

E aquele outro escândalo - para ficarmos em Santa Catarina - do livro que foi lançado com uma série de fatos, com datas, com horários de visitas na busca de recursos para financiar aquela campanha da revista *Metrópole*, da descentralização, que também o PSDB não assinou. Ou seja não quer saber de investigação, de apuração e de transparência, como tenta pregar e falar.

Então, acho que é importante este pronunciamento porque nem sempre aquilo que se está falando nesta tribuna tem relação com a prática do partido ou dos parlamentares que aqui se manifestam. E queremos deixar isso bastante claro.

Eles gostam muito, deputado Décio Góes, de falar aqui sobre pedágio. Eu gostaria que trouxessem esse tema de novo para a tribuna, e eu vou aguardar porque tenho um levantamento. Realmente os tucanos têm que falar em pedágio. Eles deveriam falar todos os dias em pedágio, porque são especialistas em pedágio. Eles implantaram pedágios por este país afora, inclusive em Santa Catarina foram eles que criaram, autorizaram e assinaram. Dos que eles instituíram, hoje o mais barato deve estar em torno de R\$ 4,00. Há pedágio de R\$ 15,00 para automóvel.

Eu tenho essa lista e quando eles trouxerem o tema à tribuna, vou trazê-la, porque o pedágio que foi instituído no nosso governo, fruto do contrato que eles assinaram, foi um trabalho elogiado, inclusive, por especialistas nacionais em economia, como o ministro Delfim Neto e outros tantos. E, efetivamente, o atraso na implantação - porque era para ter sido implantado bem antes - foi para beneficiar a população, que hoje está

pagando R\$ 1,10. Se eles tivessem instituído, se tivessem ganhado a eleição, o valor cobrado não seria menos de R\$ 7,00 e as praças estariam nos mesmos lugares, porque o contrato que eles assinaram assim determinava.

Então, quero que eles tragam o tema do pedágio. Eu tenho a lista e quero trazê-la para fazermos o debate. Eu sei que eles entendem muito mais de pedágio do que eu, porque são especialistas. Nós estamos apenas cumprindo o contrato deles, mas eles entendem de pedágio.

Quero apenas fazer uma correção ao deputado Renato Hinnig, que fez a afirmação de que o salário mínimo regional pode causar desemprego. Ele citou o exemplo, inclusive, dos postos de gasolina, nos quais se poderia eliminar os frentistas, deputado Décio Góes.

Então, gostaria de pedir ao deputado Renato Hinnig que as desculpas sejam melhor estudadas, porque temos no Brasil a Lei n. 9.956 que proíbe, categoricamente, o funcionamento de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis e dá outras providências. Assim, arrumem outras desculpas para atrasar a tramitação desse projeto tão importante para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, do Partido dos Trabalhadores, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, companheiro deputado Jailson Lima, e demais deputados, volto a esta tribuna para fazer algumas considerações sobre a vitória que fiz na SC-437, na semana passada, uma rodovia que liga Pescaria Brava, em Laguna, a Imaruí e que está em obras há muito tempo.

Mas antes disso, quero fazer uma referência à diagramação do jornal *NotiSul*, de Tubarão. Ontem estive aqui o jornalista Cristiano Carradore, do *NotiSul*, visitando-nos, e hoje eu lhe faço uma saudação e parabeno pela nova diagramação do jornal.

Da mesma forma, gostaria de cumprimentar a organização de *Homem na Cozinha*, que reuniu um expressivo número de pessoas representativas de toda a sociedade da região da Amurel. Na ocasião foram recolhidos fundos para trabalhos filantrópicos de diversas entidades que são conhecidas em Tubarão e região. Juntou-se um número expressivo de pessoas e foi um evento de muito sucesso.

Quero parabenizar também o jornal que, através do seu editorial, tem tratado da questão do Projeto Anitápolis, que prevê a instalação de uma fosfateira na região e que está poderá ocasionar um desmatamento na Mata Atlântica numa área de cerca de 350 campos de futebol - e digo isso para que as pessoas tenham noção do tamanho do empreendimento.

A comissão de Turismo e Meio Ambiente tem feito o possível e o impossível para que sejam criadas situações de esclarecimento para a população sobre esse projeto, para que ela possa se posicionar em relação a ele. Já foi feita uma audiência pública no dia 16 de julho e há outra marcada para depois do dia 22, em virtude da decisão desta Casa de suspender as atividades públicas em função da gripe A. Estamos agendando para o dia 24 de setembro, lá em Braço do Norte, e já disponibilizamos as três mil páginas do processo de licenciamento. E quem quiser ter acesso a ele, a comissão de Turismo e Meio Ambiente tem cópia em DVD e, portanto, torna-se fácil repassá-lo. Portanto, as providências estão sendo tomadas no sentido de esclarecer esse projeto para a população.

Aproveito a presença do deputado Jailson Lima para parabenizá-lo pelo depoimento de ontem, esclarecendo as questões ligadas ao adicional de insalubridade nesta Casa.

Para finalizar, quero fazer o relatório da SC-437. As imagens serão disponibilizadas pela assessoria.

(Procede-se à exibição de slides.)

Essas imagens foram fotografadas durante a visita. É uma estrada, como eu falei antes, que começa no KM-37 da BR-101, entre Laguna e Capivari de Baixo. O KM-37 entra em Barreiros, Santiago, Pescaria Brava, São Tomás, Sítio Novo, na entrada de Atingaúba, e vai até Imaruí. Essa é a estrada antiga que ligava Florianópolis a Porto Alegre. Do ponto de vista histórico, ela é extremamente importante. Antes da BR-101 era por ali que se fazia toda a movimentação no litoral entre as capitais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A estrada foi abandonada com o tempo e com isso a economia da região acabou sentindo muito. As famílias começaram a sair de lá e a instalar-se na região carbonífera, em Criciúma, em Joinville, que era um dos polos empregadores do estado de Santa Catarina nas décadas de 60 e 70. Hoje há certo movimento de retorno, em função da esperança de haver infraestrutura na região e de todo o movimento de emancipação de Pescaria Brava.

Essa estrada foi prometida e reprometida - entrou no BID IV, no BID V, está prometida em muitos lugares -, e agora resolveram tocar a obra, deputado Jailson Lima, com lajota. Trata-se de uma estrada pela qual passam caminhões escoando a produção e estão cobrindo a estrada com lajota, conforme vexas. podem ver nas fotos, sem o embasamento adequado para um tráfego mais intenso, mais pesado. Ela está sendo feita com se faz nos bairros: na terra plana colocam areia e lajota. Obviamente é de uma qualidade terrível porque, com o tráfego de caminhões e ônibus, ela não vai suportar, como já não está suportando. Pelas fotos pode-se ver que já há lajotas deslocadas, buracos, e a obra nem está pronta ainda, porque realmente não suporta o peso sem o embasamento adequado. Inclusive, foi malfeita a drenagem.

Então, gostaria de chamar a atenção do engenheiro Romualdo França, presidente do Deinfra. Solicitei que fosse feita uma vistoria técnica nessa obra porque do jeito que está sendo feita é dinheiro público que está sendo desperdiçado! Depois dessa obra a estrada não poderá ser refeita. O Tribunal de Contas, usando o bom senso, não vai permitir isso. Portanto, ela deve ser bem feita agora para depois não se transformar num transtorno para a sociedade, em vez de resolver um problema através de uma obra esperada há mais de 50 anos.

E a resposta é esta: uma pavimentação de lajota sobre uma base que é apenas a terraplenagem da estrada atual, sem uma correção de curva, sem correção de inclinações, de declividades, sem correção de drenagem, sem um embasamento que possa permitir o tráfego pesado.

Eu entendo que seja uma irresponsabilidade do governo do estado permitir esse tipo de obra. É preciso vistoriar, é preciso rever a licitação, é preciso aproveitar esse momento histórico. Está sendo feita essa obra tão sonhada, mas é necessário que ela seja bem feita! O dinheiro público precisa ser bem aplicado, e esse é o apelo que eu faço, relatando a vitória que eu fiz, na semana passada, na SC-437, que liga o KM-37, entre Laguna e Capivari de Baixo, a Imaruí, no sul do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, no sábado, dia 22 de agosto, serão comemorados os 30 anos da anistia geral, ampla e irrestrita pela qual tanto lutamos. Para nós, que éramos do antigo PCB, o antigo Partido, e que lutávamos de forma clandestina, é muito grata essa data. Junto com a luta do pluripartidarismo, quando surgiram vários partidos, como o PT, o PDT e o PTB, houve também a Constituinte e as eleições diretas, que eram lutas da transição democrática.

Então, quero registrar essa data nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Professor Grandó.

Quero aproveitar para registrar a presença, nesta Casa, do dr. Marcello Oliveira, advogados do escritório Mello Martins. Inclusive, hoje pela manhã estiveram em uma reunião com o presidente da SCGás, Ivan Ranzolin.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, do PSDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, quero, nesta manhã de hoje, dar o meu fraterno abraço a todos os maçons. Hoje é o Dia Internacional do Maçom e por isso quero cumprimentar todos os membros dessa instituição.

Muitos pensam que a Maçonaria não faz nada em prol da sociedade, o que não é verdade. A Maçonaria é uma instituição meramente filosófica e filantrópica, que prega a unidade entre as pessoas; que prega a disposição de todos os atos de sua vida no aperfeiçoamento do homem, objetivando, realmente, alcançá-lo.

Eu não sou membro da Maçonaria, mas tenho, a convite de um irmão, participado de alguns eventos promovidos pelos maçons em prol da sociedade, e tenho ficado satisfeito com o trabalho desenvolvido por eles, especificamente os DeMolay, a garotada que participa da Maçonaria.

Portanto, registro aqui o meu reconhecimento ao trabalho feito por essa instituição. Se continuar nesse nível, continuará sendo uma instituição que não envergonha ninguém. Meu fraterno abraço a todos os maçons deste mundo, já que hoje é o Dia Internacional do Maçom!

Sr. presidente e srs. deputados, sei que esse assunto já foi trazido à baila, à tona, nesta Casa, mas tenho que voltar a abordá-lo porque acho que é extremamente necessário e importante para todos os catarinenses, principalmente para quem necessita trabalhar. As condições de trabalho, por "n" situações, não voltaram ao normal na sua totalidade. Estou-me referindo ao porto de Itajaí, que continua praticamente estagnado.

Falei, se não me engano, na última terça-feira, que se buscou, através do Instituto Militar de Engenharia, a recuperação do porto de Itajaí, numa nova possibilidade de concluir a obra de recuperação.

Não vou fazer críticas, mas quero dizer que os políticos de todos os níveis já foram a Itajaí e quem realmente está sofrendo são as pessoas que necessitam trabalhar e não estão sendo contratadas devido à falta de estrutura para o atracamento de grandes embarcações. O porto de Itajaí sempre foi motivo de orgulho para os catarinenses pela geração de riquezas e impostos.

O TCU e o governo federal abrem a possibilidade de prorrogação do estado de emergência em função do porto de Itajaí. Essa pode ser a solução definitiva para tirar a angústia do prefeito Jandir Bellini, dos administradores do porto e de todos os empresários catarinenses, preocupados que estão em sobreviver com essa crise mundial, sendo que sua margem de lucro aumenta quando despacham suas mercadorias pelo porto de Itajaí.

Mas eles estão tendo prejuízo porque têm que cumprir os contratos já firmados e são obrigados a utilizar outros portos. Isso tem um custo adicional e diminui a sua margem de lucro, porém mesmo assim continuam cumprindo os contratos porque querem honrar os compromissos assumidos para não serem banidos do mercado internacional.

Srs. deputados, não sou representante da classe empresarial, não tenho empresa, não sou vinculado a essa área. Mas como parlamentar vivo e sinto diariamente a angústia de todos aqueles que necessitam sobreviver apesar da estagnação do porto de Itajaí. Eles estão sendo vítimas dessa politicagem barata que vem acontecendo desde a segunda visita do presidente Lula. Eu disse que não citaria nomes, então, peço desculpas. Mas quero pedir encarecidamente que na próxima decisão do Tribunal de Contas da União saia definitivamente a resolução do problema do porto de Itajaí.

Quero dizer que sou membro da comissão de Transportes desta Casa, mas não compareci à reunião de segunda-feira porque o convite foi formulado na sexta-feira às 17h38, quando eu já não me encontrava mais na Casa. Mas quero somar-me aos deputados Décio Góes e Reno Caramori e ao prefeito Beto Martins, que numa visão administrativa arrojada, juntamente com os empresários que

acreditam em Santa Catarina, resolveram colocar avante a disponibilidade do porto de Imbituba para ser mais uma porta gigantesca aberta à exportação das riquezas de Santa Catarina, que em função de uma questão ambiental, a preservação da baleia franca, sofreu um baque.

Todos são favoráveis à beleza de observarmos uma baleia franca com seus filhotes. É a natureza que todos querem. Mas não podemos, por uma questão de vaidade, de ideologia e até de política, paralisar uma obra alegando que um bate-estaca vai tirar o sono da baleia. É inadmissível! E não podemos ficar nesta Casa sentados sem abraçar a causa da continuidade da obra, porque somente a observação da baleia na época do acasalamento ou quando ela procura as águas da nossa costa para se alimentar e procriar, não gera empregos para o ano todo. A população de Imbituba e a população do estado de Santa Catarina necessitam que o porto de Imbituba seja mais um polo gerador de emprego e renda, e essa também é uma das missões dos parlamentares.

Então, quero somar-me ao prefeito Beto Martins e a toda sociedade de Santa Catarina, deputado Décio Góes, que lá esteve, no sentido de que não deixemos que as obras de ampliação do calado do porto de Imbituba sejam paralisadas, com a

alegação de que as baleias estão sendo incomodadas.

Então, quero colocar-me à disposição para qualquer ação nesse sentido, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 70ª Sessão Ordinária, de 25 de agosto de 2009:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s.: 0630/2008, 0909/2009, 0923/2009, 1006/2009, 1055/2009, 1073/2009, 1074/2009, 1075/2009;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0202/2008.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para as 19h, na cidade de Pomerode, em comemoração ao cinquentenário daquele município.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 028-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 319, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

Constitui Comissão Especial, integrada pelos Senhores Deputados Antônio Aguiar, Elizeu Mattos, Joares Ponticelli, Décio Góes, Serafim Venzon, Cesar Souza Júnior e Professora Odete de Jesus, para, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir de sua instalação, analisar a indicação do nome do Deputado Julio Garcia para vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de agosto de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 048-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Renato Hinnig para ausentar-se do País, no período de 03 a 12 de outubro do corrente ano, com destino a Lisboa, Portugal, a fim de participar do 1º Encontro Luso-Brasileiro sobre temas tributários.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de agosto de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 259, de 26/08/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ALESIO DOS PASSOS SANTOS**, matrícula nº 0460, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de agosto de 2009 (Deputado Pedro Baldissera).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 260, de 26/08/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **VILSON JOSE FLORIANO**, matrícula nº 2159, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 17 de agosto de 2009 (Deputado Pedro Baldissera).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 261, de 26/08/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Incluir na Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras do Anexo Sul, a contar de 1º de agosto de 2009, a servidora Araci Francisca da Silva, matrícula nº 4991, instituída pelo Ato da Mesa nº 104, de 14 de maio de 2007.

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 262, de 26/08/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **ARACI FRANCISCA DA SILVA**, matrícula nº 4991, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Apoio Operacional - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2009 (Diretoria Geral).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 263, de 26/08/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1516/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-43, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 10 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 264, de 26/08/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Anibal Cantalício Estanislau	1907	1455/09	Especialização	06/08/09

Claudir José Martins	1501	1523/09	Especialização	11/08/09
Sania Barreto	1598	1525/09	Especialização	11/08/09

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 265, de 26/08/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista decisão da Mesa Diretora em 19 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Acrescentar à fundamentação legal estabelecida no Ato da Mesa nº 238, de 15 de julho de 2009, que concedeu Aposentadoria Voluntária ao servidor **GIANCARLO GIANNI BORTOLUZZI**, matrícula nº 2019, os seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "com fundamento no § 1º, inciso I, do art. 40 da Constituição Republicana de 1988,";

ACRESCENTE-SE: "observado o prescrito no § 9º do Art. 70, da Lei Complementar nº 412, de 26/06/2008,".

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 14 DE JULHO DE 2009, ÀS 13 HORAS, NA SALA REUNIÕES DAS COMISSÕES Nº 02.

Às treze horas do dia catorze do mês de julho do ano de dois mil e nove, reuniram-se sob a Presidência do Deputado Kennedy Nunes, os Deputados: José Natal Pereira, Ângela Albino, Odete de Jesus, Rogério Mendonça, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação a Ata da 6ª Reunião ordinária, do dia primeiro de julho, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao Deputado José Natal Pereira que relatou os projetos PL/0488.4/2007, OF./0219.3/2009, aprovados por unanimidade, a Deputada Ângela Albino, relatou os OF./0174.7/2009 e OF./0210.5/2009, aprovados por unanimidade, o Deputado Rogério Mendonça relatou os OF./0168.9/2009, OF./0207.0/2009, OF./0235.3/2009, OF./0188.2/2009, OF./0221.8/2009, aprovados por unanimidade, o Presidente Deputado Kennedy Nunes, relatou os OF./0170.3/2009, OF./0225.1/2009, OF./0222.9/2009, aprovados por unanimidade, e leu os pareceres do Deputado Julio Garcia, OF./0229.5/2009, OF./0155.4/2009, OF./0214.9/2009, OF./0211.6/2009 e o PL./0240.4/2009, todos aprovados por unanimidade., a Deputada Odete de Jesus, relatou os OF./0129.2/2009, OF./0128.1/2009, aprovados por unanimidade, o OF./0095.9/2009, aprovada a diligência externa e o PL./0220.0/2008, pedido de vistas a Deputada Ângela Albino. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 14 de julho de 2009.

Deputado Kennedy Nunes

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de agosto de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: Lício Mauro da Silveira, em substituição ao deputado Sílvio Dreveck, José Natal Pereira, Kennedy Nunes, Manoel Mota, Renato Hinnig, Darci de Matos, Décio Góes e a deputada Profª Odete de Jesus. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a Ata da 19ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra ao deputado Manoel Mota, para relatar o PLC./0030.2/2009, em discussão, sua manifestação foi pelo encaminhamento da proposição à Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. O Presidente levantou uma cealuma a

respeito de se era ou não competência da Comissão acima epigrafada, deliberar sobre o PLC, foi a grande divergência entre os parlamentares durante a reunião. Após grande impasse, sem nenhum acordo, o Presidente afirmou estar o mesmo dentro do prazo regimental e concedeu vista em gabinete ao deputado Kennedy Nunes, esse por sua vez, "afirmou que no seu entender: "esta matéria deveria ir a outra Comissão, mas podemos também aqui nos manifestar sobre o projeto, sem prejuízo ao seu conteúdo", argumentou o deputado com apoio do deputado Décio Góes. O deputado relator comentou a seus pares que, "a matéria não é afeta à Comissão de Finanças e Tributação e a instituição do piso regional transcende aos seus campos temáticos e área de atividade". Alegou que é a sua posição, e acrescentou que é preciso um maior amadurecimento para conduzir o processo da melhor forma possível. "Fiz o relatório com muita responsabilidade e entendo que a Comissão competente, para analisar o mérito do PLC, é a de Economia". O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em dezoito de agosto de dois mil e nove.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia dezoito de junho do ano de dois mil e nove, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sobre a Presidência do Senhor Deputado Reno Caramori, os Senhores Deputados: Adherbal Deba Cabral e Décio Góes e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente Deputado Reno Caramori leu a Ata da Reunião Ordinária anterior e colocou em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente leu o Requerimento dos Deputados Moacir Sopelsa e Dagomar Carneiro, solicitando um Audiência Pública no município de Seara objetivando a revitalização da SC 283 com construção de um Contorno Viário no perímetro Urbano de Seara. Após justificativa de todos os Deputados presentes o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Deputado Reno Caramori colocou em discussão e votação o Projeto de Lei PL./0030.7/2009, de autoria do Senhor Deputado Darci de Matos e o PL./0221.1/2008, de autoria do Senhor deputado Valdir Cobalchini ambos relatados pelo senhor Deputado Reno Caramori, sendo aprovados por unanimidade. Após o término da pauta do dia, o senhor Deputado Reno caramori, passou a palavra ao senhor Deputado Décio Góes que fez um Requerimento verbal, solicitando uma Audiência Pública com o Diretor Geral da ANTT para falar sobre as praças de pedágios na Rodovia BR 101 sendo aprovado por unanimidade. O Deputado Reno caramori aproveitou a oportunidade e leu a Moção nº.MOC/0110/2009, "A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ACOLHENDO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO RENO CARAMORI, APELA A VOSSA EXCELENCIA APOIO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 3062/08, DE AUTORIA DA DEPUTADA ÂNGELA

AMIM, QUE CONSEDE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE PEDÁGIO AOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS QUE POSSUAM RESIDÊNCIA PERMANENTE NO MUNICÍPIO ONDE SE LOCALIZA A PRAÇA DE PEDÁGIO", O deputado leu também o projeto de Lei nº PL./3062 de 2009 que altera a lei nº 9.277, de dez de maio de 1996, que dispõe sobre a cobrança de tarifa de pedágio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Reno Caramori
Presidente da Comissão
*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA DA 3ª SESSÃO DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia quatro de agosto do ano de dois mil e nove, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sobre a Presidência do Senhor Deputado Reno Caramori, os Senhores Deputados: Décio Góes, José Natal Pereira e Adherbal Deba Cabral. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente Deputado Reno Caramori leu a Ata da Reunião Ordinária anterior e colocou em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL./0104.0/2009, de autoria do Senhor Deputado Kennedy Nunes relatado pelo senhor Deputado Décio Góes que foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade o Senhor Presidente leu o Requerimento do Senhor Deputado Adherbal Deba Cabral solicitando um Audiência Pública nesta Casa para discutir a situação do Porto de Itajaí e dar uma satisfação à população da Foz do Itajaí, sendo aprovado por unanimidade e ficando para marcar uma data no calendário da Assembléia.. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Reno Caramori
Presidente da Comissão
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 108/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 009/2009, de 20/08/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO VIDA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

OBJETO: Aquisição de quota de participação do Poder Legislativo no 1º Encontro Sul Americano e 42º Encontro Estadual do Dia do Maçom que acontecerá da cidade de Balneário de Camboriú no período de 20 a 23 de agosto de 2009, com direito de inserção da logomarca da ALESC nos itens de divulgação, disponibilização de espaço físico para distribuição de folders e inscrição de até 05 (cinco) servidores no referido evento, desde ligados à Instituição promotora.

VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 054/2009.

Florianópolis, 24 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1108

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em consonância com o disposto no art. 40, XXIII, "a", da Constituição do Estado e tendo em vista a manifestação do Tribunal de Contas de Santa Catarina, apresento a Vossa Excelência a indicação do nome do senhor Julio Cesar Garcia para ocupar a vaga de Conselheiro daquela Corte.

Florianópolis, 25 de agosto de 2009.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 25/08/09

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 297/09

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE APOIO AOS PORTADORES DE NEUROFIBROMATOSE

Ofício nº 34/2009

São José, 19 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor

JORGINHO MELLO

DD. Presidente da Assembléia/SC

NESTA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Estamos enviando em anexo, Relatório das atividades desenvolvidas pela Associação Catarinense de Neurofibromatose relativo a 2007 e 2008, bem como os balancetes.

Atenciosamente,

Marlete Terezinha Hames Barbosa

PRESIDENTA

Lido no Expediente

Sessão de 25/08/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 298/09

ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARU

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a Associação Pró-Brejaru, Entidade sem fins lucrativos, atua no município de Palhoça desde o ano de 2004, com título de utilidade pública estadual Lei Nº 14.185/07, permanece cumprindo os requisitos da Lei Nº 14.182, parágrafo único, art. 2º, exigidos para concessão de utilidade pública estadual.

Assumo inteira responsabilidade pelas informações apresentadas e declaro estar ciente das penalidades cabíveis.

Atenciosamente,

Jucênia Judite de Souza

Presidente da Associação Pró-Brejaru

Lido no Expediente

Sessão de 25/08/09

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1699, de 18 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor FERNANDO MENEZES DE CARVALHO RODRIGUES, matrícula nº 5351, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1700, de 18 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VALDIR MACHADO DOS SANTOS, matrícula nº 3036, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de posse (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1718, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de

28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDEMIR DO CANTO CAETANO**, matrícula nº 5988, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1719, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDEMIR DO CANTO CAETANO, matrícula nº 5988, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1720, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FABIO DA SILVA FREITAS**, matrícula nº 5356, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1721, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FABIO DA SILVA FREITAS, matrícula nº 5356, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1722, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JORGE ACIR CORDEIRO**, matrícula nº 5355, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1723, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JORGE ACIR CORDEIRO, matrícula nº 5355, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1724, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MANOEL ANIZIO LESSA**, matrícula nº 5354, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1725, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MANOEL ANIZIO LESSA, matrícula nº 5354, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1726, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **NIVEA JANUARIO**, matrícula nº 5761, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1727, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NIVEA JANUARIO, matrícula nº 5761, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1728, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **WAGNER PEREIRA PIZZETTI**, matrícula nº 4483, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1729, de 25 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR WAGNER PEREIRA PIZZETTI, matrícula nº 4483, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1730, de 26/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **ALBERTO JOSÉ SILVEIRA DE SÁ**, matrícula nº 1268, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ROBÉRIO SOUZA, que se encontra em licença para tratamento

de saúde no período compreendido entre 04 de agosto e 02 de outubro de 2009 (Comissão de Constituição e Justiça).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1731, de 26/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores à disposição abaixo relacionados, do gabinete da Deputada Angela Albino para o gabinete da Deputada Ana Paula Lima, a contar de 09 de agosto de 2009.

Matr	NOME DO SERVIDOR
4209	ROSANGELA MARIA BORGES BOTTARO
9094	ELIANA RAMOS COSTA

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1732, de 26/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1627/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde da servidora **DENISE VEIDEIRA SILVA**, matrícula n.º 1818, por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 12 de agosto de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1733, de 26/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1628/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **MIRIAM ALICE DE ATHAIDE FURTADO KRIEGER**, matrícula nº 1363, por 10 (dez) dias, a contar de 12 de agosto de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1734, de 26/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1405	Robério Souza	60	04/08/09	1630/09
2185	Santos Justino Tomé	15	19/08/09	1629/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/09

Aprova o nome do Senhor Julio Garcia, indicado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, conforme estabelece o art. 40, inciso XXIII, alínea "a" da Constituição do Estado, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Art. 1º Aprova o nome do Senhor Julio Garcia para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2009.

Deputado Antônio Aguiar

JUSTIFICATIVA

Conforme estabelece o art. 40, inciso XXIII, alínea "a" da Constituição Estadual o senhor Governador do Estado indica o nome do Conselheiro do Tribunal de Contas, por meio da Mensagem nº 1108 e a Assembléia Legislativa delibera sobre o assunto.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 324/09

Declara de Utilidade Pública a Associação Amor para Down, de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a Associação para Down, com sede e foro na cidade e Comarca de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 25/09/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Amor para Down, doravante intitulada simplesmente "Amor pra Down", é uma Associação de Pais, Profissionais e Amigos da pessoa portada da Síndrome de Down (SD). A Amor pra Down é uma entidade de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede na cidade de Balneário Camboriú - Santa Catarina.

A Associação tem por objetivos primordiais:

I - criar um espaço de solidariedade e cooperação mútua para os pais, visando superar o desafio e o preconceito sofridos com o nascimento de um filho portador de SD;

II - divulgar a SD em nossa comunidade, visando aumentar o conhecimento da sociedade sobre o assunto e consequentemente diminuir o preconceito;

III - apoiar os pais de pessoas portadoras da SD, informando-os sobre os serviços de avaliação e diagnóstico, estimulação precoce, profissionais e programas de saúde, educação e profissionalização existentes na comunidade;

IV - promover, incentivar e estimular pesquisas e estudos sobre a SD por meio de reuniões, encontros, seminários, simpósios, congressos, convenções e atividades correlatas no âmbito da sua jurisdição, visando a prevenção e intervenção adequada para o desenvolvimento global da pessoa portadora da SD;

V - propor medidas legislativas que visem a melhoria da qualidade de vida, a educação, a habilitação e adequação para o trabalho, integração social e defesa da cidadania da pessoa portadora da SD;

VI - obter recursos financeiros junto a entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras, para a realização de seus objetivos.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Associação Amor para Down", à sociedade catarinense, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***